# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA**

**REALIZADA NO DIA 08 DE ABRIL DE 2009**

**ACTA Nº 33**

Aos oito dias do mês de Abril de dois mil e nove, pelas 21,20 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**1 – Informação da Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, de acordo com o disposto na alínea e) nº. 1 do artº. 53 da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/02 de 11 de Janeiro.**

**2 – Prestação de Contas 2008**

**3 – Desafectação do domínio público de parcela de terreno com 16.500,00 m2, sita em Pinhal Novo, e cedência do direito de superfície à Fábrica Paroquial da Igreja de Pinhal Novo**

**4 – Emissão de Parecer acerca da Avaliação Ambiental Estratégica do PDM de Palmela, nos termos previstos no Decreto-Lei nº. 232/2007, de 15 de Junho**

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Victor Manuel Barrocas Borrego e pelos Secretários Maria Amélia Colaço Fragoso Ludovina das Dores e Simplício Joaquim Guerra Piteira.

Feita a chamada verificou-se a falta de:

- Sr. Dr. Luis Miguel Calha da CDU
- Sr. Pedro Ramos da CDU
- Sr. Dr. Artur Miranda Lemos do PS
- Sr. António Couchinho Cardoso do PS
- Sr. Engº. Carlos Alberto Martins do PS
- Sr. Faustino Santos do PS

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

## Mandato 2005/2009

Presentes, em representação do Executivo Camarário:

- Sra. Presidente Dra. Ana Teresa Vicente
- Sra. Vice-Presidente Adília Candeias
- Sr. Vereador Adilo Costa
- Sr. Vereador Octávio Machado

Iniciando os trabalhos, o **Sr. Presidente da Mesa** informa que:

- Sr. Engº. Carlos Alberto Martins, justificou ausência à sessão de hoje, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Fez-se substituir pelo Sr. José Manuel Silvério, que se encontra presente.
- Sr. António Couchinho Cardoso, justificou ausência à sessão de hoje, por se encontrar ausente do país, tendo a falta sido considerada justificada.

Solicita aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

Agradece a presença do público presente e informa que, uma vez que se trata de sessão ordinária, haverá seguidamente um período destinado à sua intervenção.

**Sr. Faustino Santos do PS** inicia participação nos trabalhos cerca das 21,26 horas.

**Sr. Presidente da Mesa,** pergunta se algum munícipe quer intervir.

**Sra. Rosa Maria,** moradora em Carregueira, diz ter dado conhecimento dum problema que surgiu na zona onde reside aos partidos e à Assembleia Municipal, através de e-mail, não tendo obtido qualquer resposta. Posteriormente o Sr. Carlos Guinote deslocou-se ao local para verificar a situação.

Mora no local há cerca de nove anos e ao lado da sua propriedade existe um acesso aos terrenos que situam por detrás da sua habitação. Tratava-se de uma propriedade agrícola onde entretanto foram construídas duas vivendas e uma estrada alcatroada. Todos os residentes no local passam por aquele local uma vez que é o caminho mais acessível para todos. Numa dessas deslocações a sua filha foi interceptada por um dos moradores tendo sido proibida de passar no local. O referido morador invocou que tinha mandado fazer a estrada, que a mesma era particular e que não admitia que ela nem nenhum dos moradores usassem a passagem. Posteriormente colocou um sinal de proibição com a indicação de caminho particular, tal como se pode verificar nas fotos que enviou. Não querendo entrar em conflito com o referido senhor resolveu colocar a questão à Câmara para ser esclarecida da legalidade da situação.

Uma outra questão que gostaria de colocar tem a ver com a situação da estrada de acesso que não tem sido mantida, e está cheia de buracos, e da vala real que atravessa várias terrenos e

que não tem sido limpa. O senhor que construiu a estrada fez várias aberturas para escoamento das águas para o seu terreno e para os terrenos vizinhos tendo provocado inundações nas casas. Não bastando o facto de não ter sido limpa, são feitas descargas de fossas para a vala real, há manilhas partidas e outras que não dão vazão às águas. Todo este conjunto de situações preocupa os moradores pelo que solicita a melhor atenção para a resolução dos problemas no sentido de melhores as condições do local.

**Sr. Dr. Luis Calha da CDU** inicia participação nos trabalhos cerca das 21,28 horas.

**Sr. Vítor Manuel Pinto Lima,** morador em Pinhal Novo, diz que a questão que gostaria de colocar prende-se exclusivamente com a gestão da Palmela Desporto.

É utilizador da piscina de Pinhal Novo, há cerca de um ano, e em Outubro do ano transacto mandou uma carta sugerindo que o período de pagamento à hora de almoço pudesse ser efectuado na secretaria. Passado bastante tempo foi-lhe respondido dizendo que iriam criar um sistema de pagamento através de Multibanco quando a sua sugestão seria no sentido de mudar em meia hora o período de almoço da secretaria. A questão não teria grande importância não fosse o caricato de passados poucos dias ter começado a funcionar um novo horário de secretaria. Com tudo isto dá-lhe a impressão que não quiseram dizer que a sua proposta até era razoável. No dia quatro de Janeiro mandou outra carta para a direcção da Palmela Desporto com conhecimento à Sra. Presidente. Até hoje não recebeu resposta, tendo voltado ao assunto na semana passada com o envio de e-mail à Presidência.

Em relação à segunda petição gostaria de realçar dois aspectos. O primeiro prende-se com o facto das aulas de hidroginástica serem às 2ªs, 4ªs, e 6ªs para quem frequenta três vezes por semana e às 2ªs e 6ªs para quem frequenta duas vezes por semana. Em sua opinião os utilizadores que fazem apenas duas vezes poderiam escolher entre dois dos dias em que existe aula. A outra questão tem a ver com o facto da maior parte dos monitores, quer da ginástica quer da piscina, serem pessoas que estão com contratos a prazo. Não compreende porque é que isso acontece uma vez que existem necessidades permanentes, sobretudo quando a força política maioritária no executivo camarário até defende a anulação dos contratos precários e é contra a precariedade. Em relação aos estatutos da Palmela Desporto considera que são antidemocráticos não havendo nada que diga que os utilizadores têm direitos. O próprio site da Palmela Desporto é muito pouco transparente uma vez que não contém as informações necessárias.

Para terminar gostaria que a Sra. Presidente verificasse os e-mail's por si enviados.

**Sra. Ana Sartóris,** moradora em Arraiados, diz que há cerca de quatro anos os moradores do local enviaram e-mail's e escreveram cartas sobre duas situações muito concretas, e é sobre essas duas situações que gostaria de falar.

Uma delas está relacionada com a questão das barreiras sonoras da A12 concretamente no viaduto que vai da estrada de Pinhal Novo para Poceirão. No lado direito existem barreiras sonoras mas no lado esquerdo existem uma espécie de mini-barreiras sonoras que não protegem minimamente a questão do ruído que é um factor que tem efeitos sobre as pessoas. Gostariam de saber que diligências adoptou a Câmara Municipal no sentido desta situação ser regularizada.

A outra situação, que não se consegue compreender, porque é que não foi regularizada a questão do eco ponto para Arraiados. Neste local já mora gente suficiente que justifique a colocação dum eco ponto naquela zona. O que não faz absolutamente sentido nenhum é ter que se deslocar até Areias Gordas ou Palhota, invertendo sentidos, para colocar a reciclagem nos ecopontos existentes.

É dever da autarquia pautar pela qualidade de vida dos cidadãos e essa qualidade de vida pauta-se por coisas tão simples quanto as barreiras sonoras, porque os moradores não têm que sofrer danos causados por obras que lhes são alheias, e a colocação dum eco ponto no sentido de servir melhor as populações.

**Sr. Alfredo Nunes,** morador em Carregueira, vem reforçar a questão colocada pela Sra. Rosa Maria.

Em sua opinião a estrada referida dá acesso a uma urbanização e não a um condomínio privado. Quanto à vala, para além de causar desconforto aos moradores porque não é limpa, leva-lhe a crer que a conduta de abastecimento de água aos edifícios foi instalada junto à mesma.

Termina dizendo que gostaria de ver esclarecidas as duas situações referidas.

**Sr. Pedro Ramos da CDU** inicia participação nos trabalhos cerca das 21,42 horas.

**Sr. António Silva,** morador em Cajados, gostaria de solicitar à Câmara Municipal a possibilidade de instalar lombas na rua 25 de Abril, para não acontecer mais acidentes como o ocorrido no passado dia quatro de Abril em que morreu uma criança de catorze anos. Refere outros acidentes ocorridos no local dizendo que há nove anos a população vem pedindo à Junta de Freguesia que tome as providências necessárias para reduzir o excesso de velocidade naquela artéria que liga a EN 10 a Poceirão e a Palmela. Solicita ainda a regularização das bermas da estrada que não estão em condições dos peões circularem com segurança.

**Sr. José Neves Cruz,** morador em Cajados, diz que a questão que quer colocar tem a ver com a rua 9 de Março, travessa 9 de Março e rua António Esperança.

Tratam-se de promessas eleitorais de 2001, 2005 e até agora ainda não se fez nada e tem havido alguns acidentes porque a estrada é muito estreita.

Gostaria de saber qual o ponto da situação relativamente a estas obras.

Terminadas as intervenções o **Sr. Presidente da Mesa** dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara para esclarecimentos.

**Sra. Presidente da Câmara,** apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Em relação às questões colocadas pelos Srs. Munícipes gostaria de começar pela primeira questão colocada pela Sra. Rosa Maria.

Diz ter percebido genericamente o problema e propõe que deixe o seu contacto para agendar uma deslocação ao local por parte dos técnicos para verificarem o que se passa. Não consegue, através da explicação dada, perceber se, se, trata de conflito entre particulares ou se há intervenção no domínio público, que a acontecer terá que ser a Câmara a dirimir.

Quanto à intervenção do Sr. Vítor Lima diz não ter todas as respostas para as questões colocadas. Aproveita para dizer que não sabe qual a questão essencial, se serão os estatutos da Palmela Desporto, se a identificação dos dirigentes, se o horário da secretaria.

Em relação aos dirigentes esclarece que são nomeados publicamente em reunião de Câmara sendo decisão do órgão colectivo. Algumas das questões referidas nos estatutos, e pelo aquilo que conhece, são imposição de lei. Quanto à questão do horário diz não saber qual o motivo que levou à alteração do horário mas se foi ao encontro da pretensão é motivo de satisfação, se não foi irá ser verificada a possibilidade do horário ser ajustado àquilo que foi sugerido.

É sua intenção responder por escrito mas a presença nesta sessão ajuda a alertar para o facto da Câmara Municipal ainda não ter respondido ao conjunto das questões colocadas.

No que respeita às questões colocadas pela Sra. Ana Sartóris, se percebeu bem, tratam-se das barreiras sonoras em relação à auto-estrada. Neste caso a Câmara Municipal pode tomar conhecimento mas o caminho correcto a seguir será directamente com a Brisa uma vez que as barreiras terão sido executadas por esta entidade aquando da construção da auto-estrada. Na altura terão sido identificadas as zonas onde seria necessário colocar protecção, mas já tem acontecido serem licenciadas moradias onde não estavam colocadas protecções. Nesses casos as pessoas dirigem-se directamente à Brisa que avaliará tecnicamente e tomará a decisão, uma vez que existem regras que impõem a colocação das barreiras sonoras.

Quanto ao eco ponto poderá ser a Câmara Municipal a diligenciar a colocação, aproveitando para informar que existe uma instituição que ultrapassa o município que é a Amarsul, da qual a Câmara Municipal faz parte, que tem a gestão dos ecopontos. Não sabe se a zona referida reúne o número considerado razoável pela Amarsul, que estabelece um rácio entre o número de habitantes e o número de contentores ou eco pontos. Refere que a Câmara Municipal tem feito alguma pressão no sentido de que os números sejam mais generosos e mais próximos das pessoas. É do seu conhecimento que a Amarsul se encontra a colocar eco pontos que foram solicitados em 2006 e 2007 e que já nessa altura foram reconhecidos como necessários.

Em relação à intervenção do Sr. Alfredo Nunes, na prática aborda a questão colocada pela Sra. Rosa Maria pelo que a resposta será a mesma.

Informa que já se encontram em processo de concurso, para serem executadas durante este ano, as obras das ruas 9 de Março e António Esperança, questão colocada pelo Sr. José Cruz. Diz ainda que em relação à rua 9 de Março se trata de pavimentação e alargamento, e quanto à rua António Esperança será só pavimentação mantendo o perfil actual.

Refere que deixou, propositadamente, para o fim a questão colocada pelo Sr. António Silva porque como todos podem compreender a questão deste acidente, que levou à morte dum adolescente, tocou toda a gente, moradores do local e não só. Informa que a Câmara Municipal conhece as características daquela estrada e reconhece que se trata de uma via que, infelizmente, constituiu perigo. Trata-se de uma estrada que correspondeu a uma necessidade da

população não só da zona mas da envolvente. Tratou-se de uma mais valia e factor de qualidade de vida para a população mas que, infelizmente, porque não são respeitadas as regras que estão colocadas nomeadamente em termos de velocidade, tem criado as situações que são do conhecimento geral. Existem vários pedidos de colocação de lombas, quer da parte da Junta de Freguesia como da Caritas, que foram devidamente analisados. De acordo com informações técnicas se existissem lombas no local a viatura, que se despistou e foi atropelar a criança na berma, teria sido projectada para outro sítio. O problema não pode ser evitado porque houve excesso de velocidade como tem havido em todos os acidentes que têm tido estas consequências trágicas. O excesso de velocidade, por muito lombas que sejam colocadas não conseguem evitar o acidente. Está tecnicamente provado que as lombas com a mesma velocidade provocam acidentes ainda mais graves, o que não quer dizer que não possam diminuir a quantidade e probabilidade das viaturas circularem com velocidades tão elevadas. O local faz parte das zonas assumidas como prioritárias, não para colocação de lombas que têm sido reivindicadas mas de lombas consideradas tecnicamente recomendáveis. Não devem ser lombas de betão mas que procurem atenuar a velocidade, reforçadas com sinalização luminosa e limitadora de velocidade. Em relação às bermas diz que qualquer que fosse o tipo existente no local nada conseguiria evitar o acidente devido á velocidade da viatura. A única solução de fundo será conseguir que os limites de velocidade sejam respeitados nas estradas do concelho.

Termina dizendo que reconhecem que no caso da rua 25 de Abril serão necessários todos os meios que possam contribuir para minimizar os acidentes e esperam que a atitude das pessoas também contribua para isso.

**Sr. Presidente da Mesa,** pergunta aos munícipes se necessitam de mais algum esclarecimento.

**Sr. António Silva,** morador em Cajados, diz não concordar totalmente com a Sra. Presidente porque o que reivindicam não é a lomba que provoca o acidente, o que seria catastrófico na zona. Refere alguns exemplos de lombas que ao mesmo tempo são passadeiras de peões, o que obriga a reduzir a velocidade. O que exigem em Cajados, no caso de não ser possível colocar lombas, é que seja colocada sinalização luminosa, câmaras, radares, e o que for necessário para evitar os acidentes. A vinda a esta Assembleia tem a ver com a necessidade de sensibilizar a Câmara no sentido de resolver o problema urgentemente, uma vez que a população está revoltadíssima com a situação.

**Sr. Presidente da Mesa,** diz tratar-se de um assunto que sensibiliza todos os presentes e que a Câmara pela voz da Sra. Presidente já anunciou um conjunto de medidas que irá tomar e concerteza que as sugestões serão tomadas em consideração.

Terminado o período de intervenção dos munícipes, o **Sr. Presidente da Mesa** dá início ao Período de Antes da Ordem do Dia.

**Sr. Presidente da Mesa,** informa que tem em seu poder três Moções, uma do PS e duas da CDU.

Aproveita a oportunidade para informar que o dia de hoje é importante para Palmela porque o Palmelense Futebol Clube comemora oitenta e cinco anos. Nesse sentido não havendo nenhuma Saudação escrita, mas consciente que tem o apoio de todo o plenário, saúda o grande Clube da vila e do concelho desejando a todos os dirigentes e atletas que tenham os maiores sucessos desportivos e que festejem muitos mais aniversários.

De imediato dá início à discussão das Moções.

**Sr. António José Santos do PS** apresenta cumprimentos a todos os presentes. Passa a ler Moção/Saudação ao 25 de Abril e 1º. de Maio que ficará apensa à acta.

**Sr. Presidente da Mesa,** coloca a Moção à admissão tendo sido admitida por unanimidade com 24 votos a favor (15 da CDU, 4 do PS, 4 do PSD e 1 do BE).

**Sr. Dr. Valentim Pinto da CDU** apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Diz que a Moção apresentada pelo Partido Socialista está desencontrada no tempo em sete meses. Em sua opinião trata-se de uma saudação ao 25 de Novembro e não ao 25 de Abril porque, tendo em conta o texto, acha que faltou alguma frontalidade e coragem política à bancada do Partido Socialista para se referir ao Partido Comunista Português uma vez que é isso que querem dizer. Recorda que nesse período, que é condenado pelo Partido Socialista, foram feitas a reforma agrária, as nacionalizações e foram conquistados pelos trabalhadores os direitos e garantias. É lamentável que numa Saudação ao 25 de Abril haja um anti-comunismo verdadeiramente insidioso, quando esta data deveria congregar as várias sensibilidades, tendências e organizações políticas em torno daquilo que é o denominador comum e que seguramente poderia ser um ponto de união entre as várias bancadas.

Ainda em relação ao texto está completamente de acordo com a intervenção cívica de cidadania individual, e colectiva, mas não há uma palavra relativamente ao poder central, ao Estado quando este é a instituição, através do Governo, que é a verdadeira responsável pelas políticas sociais de qualquer país. Quando se fala na exclusão, na pobreza e nas desigualdades sociais sem se ter uma palavra relativamente às políticas dos vários Governos que são responsáveis por esta situação, quando não há uma palavra relativamente ao sistema capitalista que na sua lógica é gerador destes fenómenos está-se perante uma hipocrisia política.

**Sr. Carlos Guinote do BE,** diz que as liberdades defendidas pelo Partido Socialista vão contra a liberdade dos portugueses e por esse facto o Bloco de Esquerda não pode votar a Moção apresentada.

**Sr. Carlos Vitorino do PSD** apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Diz que o Partido Social Democrata nasceu com a liberdade e por esse facto revê-se nos valores que foram conquistados com o 25 de Abril, pelo que irão votar favoravelmente a Moção do Partido Socialista bem como a Moção da CDU. Refere que votam a Saudação ao 25 de Abril e ao 1º. Maio, mas até está tentado a concordar com o Sr. Membro Valentim Pinto quando este diz que o texto é um ataque ao Partido Comunista quando deveria haver união entre as bancadas. Gostaria de trazer à colação a Moção da CDU porque também aí se fala no descontentamento

com as políticas neo-liberais do Governo. De facto a união é sempre relativa porque se as duas bancadas se entendessem, e se fosse possível aprovar um documento único de saudação, seria mais consentâneo e favorável. De qualquer modo votarão favoravelmente as Saudações ao 25 de Abril e ao 1º. de Maio, sendo certo que em relação aos considerandos o 25 de Abril deveria ser um factor de união e não de desunião.

**Sr. José Manuel Silvério do PS,** acha muito estranha a reacção do Sr. Membro Valentim Pinto, especialmente a irritação, para quem acha que não tem qualquer azedume sobre qualquer matéria.

Para si, e para os verdadeiros democratas, o 25 de Abril é recordar, é celebrar e manter vivos os valores de Abril sem complexos, nem tiques de legitimidade exclusiva que o PCP acha que tem sobre esta data. Já no ano passado teve ocasião de lembrar o que se passou com Zita Seabra, a sua verdade e onde hoje se encontra, para além de outros exemplos. É também não deixar branquear o 25 de Abril com experiência de vida própria e transmitir os valores de Abril aos mais jovens.

Está à vontade para falar sobre esta questão porque quando se deu o 25 de Abril tinha dezoito anos e já trabalhava há alguns anos. Hoje assiste-se a pessoas que branqueiam o 25 de Abril dizendo que se não houvesse esta data as coisas teriam acontecido, teriam o seu percurso e aconteceriam na mesma. Relembra que antes dessa data não havia subsídio de férias nem de natal e que a partir daí passou a haver isso tudo. Também tem que se explicar aos jovens que antes do 25 de Abril não havia liberdade, nos meios rurais era necessária uma licença para ter carroça, licença para bicicleta, licença para usar isqueiro, que as pessoas trabalhavam nos campos de sol a sol sem terem regalias sociais e sem poderem pensar que um dia teriam uma reforma para descansar o resto da vida. Tem de se lhes explicar que hoje tudo têm e na maior parte dos casos não sabem dar valor a nada.

É isso que é importante, explicar aos jovens porque o que aconteceu depois foi sentido por si na pele. E não se trata de anti-comunismo mas sim estar contra o social fascismo, uma vez que se recorda perfeitamente daqueles que a seguir ao 25 de Abril queriam que se saísse duma ditadura e se entrasse noutra ditadura. Não tem qualquer complexo porque sabe quais são os valores do 25 de Abril e sabe contra quem teve de lutar porque queriam implantar uma ditadura. Se não tivessem havido pessoas que lutaram contra isso o partido onde hoje está Zita Seabra não existiria. A si, e ao Partido Socialista, não dão nenhuma lição de moral, antes pelo contrário deveriam evitar falar de certas coisas.

Ao Sr. Carlos Guinote gostaria de dizer, tal como diz Lula da Silva, que é branco mas não tem olhos azuis.

**Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD** apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Em sua opinião é impossível construir-se a democracia sem ser sobre a verdade porque é fundamental, e a verdade constrói-se com memória histórica.

Em relação às duas Moções, que serão votadas favoravelmente, gostaria de lembrar que nenhum partido poderá arrogar-se de qualquer espécie de monopólio em relação á formação da democracia. Antes do 25 de Abril a oposição era uma oposição que surgia em variadíssimos círculos. Recorda a importância do movimento estudantil, em que participou, dos católicos

progressistas, da oposição democrática que era formada por pessoas de idade avançada, do papel da acção social-democrata e o papel do Partido Comunista que foi muitíssimo importante. Tem que se reconhecer que o 25 de Abril foi a convergência de muitos movimentos de fundo na sociedade portuguesa.

A verdade, e já foi referido pelo Sr. Membro José Manuel Silvério, é que o regime nos últimos anos tornou-se caricatural e deixou se ser levado a sério. Quando hoje se fala às gerações mais novas na censura, nos presos políticos, nas carreiras profissionais condicionadas ou destroçadas pela discordância com o regime, nos delitos de opinião, nas eleições farsa, nas licenças de isqueiro, etc., elas riem-se porque é considerado algo impossível de acontecer.

Também é verdade, e todos se recordam, que após o 25 de Abril houve um conjunto de forças políticas que tentaram monopolizar o poder político o que é indiscutível. A seu ver o 25 de Abril é de algum modo indissociável do 25 de Novembro, porque se não tivesse havido o 25 de Abril e se homens como Sá Carneiro, Mário Soares, General Ramalho Eanes não tivessem tido um papel histórico naquele momento não sabe que rumo teria tomado o país. A Moção do Partido Socialista refere-se a essa questão que entende ser objectivamente uma verdade e não pode ser escamoteada.

A democracia defende-se no dia a dia e não é apenas um problema dos políticos porque estes erram, fazem disparates, têm muitos defeitos, e até porque a vida política é antes de mais uma dedicação ao serviço público. A democracia é algo que tem que ser construído dia a dia por todos os cidadãos, é fácil dizer mal dos políticos por imensas razões mas a democracia não vive se não houver da parte de todos os cidadãos um apego, uma acção e um comportamento de cidadania que seja favorável à implantação da democracia política e social do país.

**Sr. António José Santos do PS,** refere que a bancada do Partido Socialista já está habituada às intervenções um pouco nervosas do Sr. Membro Valentim Pinto e hoje foi mais um momento de excitação.

Em relação ao 25 de Abril e reforma agrária não recebe lições porque viveu profundamente essa situação e sabe perfeitamente o que aconteceu desde Setúbal a Beja, passando por Portalegre, Évora, etc. Toda a gente comete erros e nessa altura foram cometidos muitos erros, e hoje faria exactamente o que fez naquela altura com algumas correcções. Em sua opinião não vale a pena estar a fazer história, senão entrar-se-ia num debate de história a nível individual, porque o que vale a pena é pensar-se que felizmente aconteceu o 25 de Abril em Portugal. Ainda se comentem actualmente erros o que é natural porque há países que fizeram revoluções há muito mais tempo que ainda comentem erros e ainda estão a corrigi-los.

Termina dizendo que apreciou muito a intervenção do Sr. Membro Valentim Pinto, com a agressividade natural, contra o Governo e contra o Partido Socialista.

**Sr. Dr. Luis Calha da CDU,** em concreto gostaria de se referir a uma afirmação feita pelo Sr. José Manuel Silvério que considera um verdadeiro insulto aos jovens do concelho e do país.

Quando é dito que os jovens tudo têm e não sabem dar valor a nada, aquilo que importa verdadeiramente dizer é que os jovens não têm tudo, antes pelo contrário, uma vez que existem responsabilidades políticas por parte do Governo do Partido Socialista que não podem escamotear. Os jovens têm piores condições de acesso aos cuidados de saúde, têm menor

participação nos órgãos de gestão das escolas, têm menos possibilidades de acesso ao ensino superior com propinas cada vez mais altas, têm menos possibilidades de acesso ao emprego uma vez que o desemprego se agravou nos quatro anos de governação do Partido Socialista. Os jovens com menos de vinte e cinco anos são afectados por uma taxa de desemprego que ronda os dezoito por cento, cinquenta e sete por cento não têm acesso a qualquer prestação de desemprego e os contratos precários aumentaram mais de vinte um por cento na faixa etária dos vinte cinco aos trinta e quatro anos enquanto o desemprego de longa duração ultrapassou os quarenta e cinco por cento. A pergunta que aqui gostaria de deixar ao Sr. José Manuel Silvério é se é isto tudo que considera que os jovens têm ou se pelo contrário durante estes quatro anos cada vez têm menos.

**Sr. Engº. Fernando Nascimento do PSD** ausenta-se da sala cerca das 22,27 horas.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a Moção à votação tendo sido rejeitada, por maioria, com 15 votos contra da CDU, 1 abstenção do BE e 7 votos a favor (4 do PS e 3 do PSD).

**Sr. Dr. Valentim Pinto da CDU,** apresenta Moção sobre Assistência Médica na freguesia de Quinta do Anjo que ficará apensa à acta.

**Sr. Presidente da Mesa,** coloca a Moção à admissão tendo sido admitida por unanimidade com 23 votos a favor (15 da CDU, 4 do PS, 3 do PSD e 1 do BE).

**Sr. António José Santos do PS,** diz tratar-se de uma Moção que não ofende ninguém e que a bancada do Partido Socialista concorda com o texto até ao términos do segundo parágrafo, não podendo concordar com o último parágrafo porque é a demonstração cabal do respeito que a CDU tem pelas outras bancadas e pelo Governo.

Segundo informações que possui o carácter provisório referido foi tomado numa reunião realizada há apenas mês e meio. Gostaria que a Câmara Municipal de Palmela nas decisões de carácter provisório que toma levasse só mês e meio para resolver as questões. Sabe que houve uma reunião com todas as Juntas de Freguesia, com a presença da Câmara Municipal, e nenhuma das Juntas presentes questionou a decisão tomada que está a ser questionada na Moção.

Parece-lhe que há alguma coisa que não bate certo porque o Sr. Presidente da Junta de Quinta do Anjo certamente esteve nesta reunião e não fez qualquer objecção, tendo concordado com a decisão a par das outras Juntas de Freguesia. Segundo lhe é dado a conhecer a população de Marateca passou a ser assistida em Vale de Cobro – Setúbal sendo que esta passagem acabou por se transformar numa melhoria de condições para os utentes.

Nesta perspectiva a bancada do Partido Socialista, atendendo a que a CDU não vai alterar em nada a Moção, não poderá votar favoravelmente.

**Sr. Carlos Vitorino do PSD,** diz que, concordando com os dois primeiros parágrafos, lhe parece que o terceiro parágrafo não será conclusivo. Pensa que seria mais curial apresentar uma

proposta no sentido de que a Assembleia Municipal sugerisse a revogação da decisão e as pessoas pudessem voltar a ter atendimento no local que era habitual. Em relação à parte final da Moção diz que não é um atacante cego das empresas de saúde, pensa que não se pode estar contra o facto dos privados oferecerem serviços. Actualmente se não fossem os serviços de alguns privados o serviço nacional de saúde seria incomportável porque os privados podem e devem ter o seu lugar, não devem é substituir o serviço nacional de saúde. Termina dizendo que o essencial da Moção é a sugestão feita por si anteriormente uma vez que um pedido de revogação tem uma maior amplitude que uma reprovação.

**Sr. Carlos Guinote do BE,** gostaria de lembrar os problemas que as pessoas têm tido em relação à política de saúde do Partido Socialista e de chamar a atenção para a privatização dos hospitais ou administração privada dos hospitais. Está provado em todo o mundo que as administrações privadas vão sempre prejudicar os utentes, há mais mortalidade nos hospitais privados do que nos hospitais públicos porque os privados fogem aos gastos e mandam os doentes embora quando já lá estão há muito tempo. Pode demonstrar que o IPO não permite aos médicos a prescrição de medicamentos caros para o tratamento do cancro, nomeadamente da próstata, o que é um crime.

O PSD diz não estar contra os serviços privados e o Bloco de Esquerda também não, mas ao dizer que o serviço nacional de saúde não dá resposta aos problemas das pessoas é uma questão política, é uma questão de verba e a saúde está primeiro porque ninguém pode morrer por não ter dinheiro para comprar medicamentos na farmácia.

**Sr. Dr. Valentim Pinto da CDU,** refere que a reunião foi feita há cerca de dois/três meses e na altura teve oportunidade de mostrar reservas à decisão dizendo que poderia haver riscos com a deslocação para Vila Nogueira de Azeitão, mas o mais importante é que a realidade veio provar a total inadequação dessa mudança. Até poderia ter uma atitude não opinativa em relação à proposta, porque só perante a realidade dos factos é que se pode ter uma opinião, senão seria um preconceito e quando se parte para este tipo de abordagens com preconceitos o diálogo passa a estar enviesado. Na altura mostrou reservas, dúvidas quanto à eficácia e consequências da medida e a realidade concreta provou que a população de Cabanas e Quinta do Anjo têm demonstrado descontentamento com a medida porque para quem utiliza transportes públicos implica cerca de uma hora e trinta minutos de deslocação para cada um dos lados, ou seja três horas para a deslocação a uma unidade de saúde numa situação concreta de doença súbita que exige uma premência maior na sua abordagem. O que se pretende com estas consultas é uma antecâmara que evite, e bem, o recurso excessivo aos hospitais pelo que estas unidades devem ter uma acessibilidade mais facilitada. Neste caso concreto está a acontecer o inverso daquilo que estas unidades deveriam responder.

Em relação ao último parágrafo tem a dizer que a constituição das unidades familiares de saúde representa da parte do estado uma demissão da sua função. Este regime tem um carácter semi privado podendo ser questionado a qualidade de atendimento que poderá estar subjacente, sem pôr em causa os técnicos de saúde enquanto tal, porque como tem objectivos quantitativos e ganham de acordo com o número de utentes que consultam por dia. É evidente que há um risco óbvio de haver uma diminuição significativa da qualidade do atendimento e da prestação de

cuidados de saúde porque a quantidade é um elemento objectivo de avaliação dos técnicos que estão nas unidades familiares de saúde. Há um risco óbvio que qualquer pessoa intuitivamente entende uma vez que as unidades familiares de saúde, com esta lógica, poderão estar a perverter o princípio da qualidade de prestação de serviço público.

Concorda com a sugestão do Sr. Membro Carlos Vitorino desde que fique também lavrada na Moção o carácter de protesto, mas discorda quando diz que os privados têm um espaço. Actualmente cerca de quarenta por cento da instalação de serviços de saúde que existem no país são privatizados. São os grandes grupos económicos que escolhem nestas unidades hospitalares, tal como nas universidades privadas, aquilo que exige menos investimento. As universidades privadas na sua grande maioria, salvo raras excepções, são aquelas que não têm grandes investimentos tecnológicos e em relação aos hospitais privados estamos perante a mesma lógica. Está de acordo com o Sr. Membro Carlos Guinote porque se o serviço nacional de saúde não responde melhor é porque houve uma descapitalização objectiva, da parte dos Governos PS e PSD, na política de descaracterização do serviço nacional de saúde que tem levado a algum descontentamento nalguns sectores do PS.

Em relação ao último parágrafo insere-se, e tem todo o sentido, dentro da lógica desta Moção.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a Moção à votação tendo sido aprovada, por maioria, com 19 votos a favor (15 da CDU, 3 do PSD e 1 do BE) e 4 votos contra do PS.

**Sr. Fernando Baião da CDU** apresenta cumprimentos a todos os presentes.

De imediato passa a apresentar Moção sobre o 25 de Abril e 1º. de Maio que ficará apensa à acta.

**Sr. Presidente da Mesa,** coloca a Moção à admissão tendo sido admitida por unanimidade com 23 votos a favor (15 da CDU, 4 do PS, 3 do PSD e 1 do BE).

**Sr. António José Santos do PS,** diz que a bancada do Partido Socialista não tem dúvida nenhuma em aceitar, e concordar, com o conteúdo da Moção excluindo o último parágrafo. A bancada do Partido Socialista votará favoravelmente todos os parágrafos à excepção do último.

**Sr. Carlos Vitorino do PSD,** diz que o Partido Social Democrata reitera nesta Moção aquilo que referiu na Moção do Partido Socialista.

Tendo em conta a brilhante intervenção do seu líder de bancada, Dr. Bracinha Vieira, gostaria de fazer umas reflexões sobre o futuro, sobre Abril e sobre a liberdade. Como já foi referido no tempo do fascismo havia a PIDE e a repressão, e coisas ridículas como a licença do isqueiro ou da bicicleta. Hoje se bem que tenhamos a liberdade também temos que ter a percepção que estamos num momento algo complicado em que alguns tecnocratas, sempre imbuídos do melhor espírito e sempre com o interesse e bem comum, nos querem obrigar a fazer os seus ditames e as suas regras. É certo que não há licença de isqueiro mas há licença para agarrar numa cana de pesca e ir à beira mar pescar. É certo, e ainda bem, que já não há PIDE

mas também há quem queira colocar um chip na viatura para saber onde estamos, a que horas e em que minuto.

Pensa que estas reflexões feitas com inteligência são importantes para o futuro e para se reflectir sobre o facto do que é a liberdade.

**Sr. Dr. Álvaro Amaro da CDU** apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Em relação à Moção e a tudo o que já foi dito gostaria de fazer algumas reflexões. Esta Moção é a prova que existe um relato e um faseamento histórico que resume um conjunto de valores e ideias que são caros a todos os amantes da liberdade, e da democracia, e isso faz com que estejam todos de acordo.

Não é de estranhar que o último parágrafo seja uma nota que crie alguma dissonância uma vez que tem a ver com a actualidade, com quem trabalha, com quem luta, com quem sofre e sobretudo para dizer, não só àqueles que viveram o 25 de Abril, às gerações mais recentes que não culpem o 25 de Abril por serem hoje licenciados sem emprego, por verem em perigo terem no futuro segurança social, saúde pública e direito à reforma, mas que se lembrem que há filhos do 25 de Abril nascidos antes e depois desta data que atraiçoaram os princípios da revolução.

Quanto às questões relativas a todos os excessos que felizmente se cometem, cometem-se erros e aprendem-se com erros, erros para uns virtudes para outros, tem a dizer que se há quem tenha preocupações com quem queria antigamente o poder político a CDU também tem legítimas preocupações com quer hoje monopolizar o aparelho de estado, a comunicação social e todos os sectores da sociedade.

As questões da liberdade mantêm-se actuais, os inimigos da liberdade, da democracia e do desenvolvimento têm nome e rosto, pelo que é normal que tenham que ter alguma marca ideológica uma vez que o 25 de Abril não é pertença de nenhum partido em particular mas existem questões que os distinguem.

Termina dizendo que a presente Moção é a verdadeira Moção do 25 de Abril e do 1º. de Maio que o concelho de Palmela deve aprovar porque corresponde à generalidade do sentimento dos cidadãos de Palmela e dos portugueses no momento actual.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a Moção à votação tendo sido aprovada, por unanimidade, com 23 votos a favor (15 da CDU, 4 do PS, 3 do PSD e 1 do BE).

**Sr. António José Santos do PS,** apresenta declaração de voto da bancada do PS dizendo que votaram favoravelmente a Moção apesar de discordarem do último parágrafo.

**Sr. Presidente da Mesa,** informa que o tempo destinado ao período de antes da ordem do dia ainda não está ultrapassado mas solicita aos membros que irão usar da palavra alguma síntese nas intervenções seguintes.

**Sr. José Manuel Silvério do PS,** diz ter algumas questões a colocar à Sra. Presidente da Câmara e também ao Sr. Presidente da Mesa.

A primeira é destinada ao Sr. Presidente da Mesa e tem a ver com o artigo trigésimo nono do Regimento e o não funcionamento das Comissões Permanentes.

É habitual ouvirem-se queixas de alguns Membros desta Assembleia dizendo que fazem parte das comissões e que estas não reúnem. Alguns dizem que a culpa é dos partidos o que não é verdade uma vez que a culpa é das pessoas que dão o nome para tudo, por vezes apenas por vaidade pessoal, e depois não cumprem com os seus deveres. Também o Sr. Presidente da Assembleia lamenta, publicamente, que insiste há anos para que as comissões funcionem.

É preciso ter-se noção que a formação de comissões permanentes não é obrigatória à luz da Lei nº. 169/99, com a alteração da Lei 5-A/2002, que regulamenta os órgãos autárquicos, mas uma vez constituídas por deliberação da Assembleia passam a ser de funcionamento obrigatório e com procedimentos legais previsto no Regimento.

Um dos procedimentos que o Sr. Presidente da Assembleia tem ao seu dispor, para fazer cumprir o Regimento nesta matéria, é antes de iniciar a ordem de trabalhos de cada sessão solicitar aos coordenadores de cada comissão que apresentem uma síntese da actividade e conclusões da comissão que coordenam.

Ninguém faz parte das comissões por obrigação, o que não fica bem é ver muito frenesim no início de cada mandato para formar as comissões e depois não se cumprir, sendo a culpa sempre dos outros.

Quer ressalvar uma comissão que já teve algumas reuniões, e que é coordenada pelo Sr. Engº. Fernando Nascimento, mas não existem resultados apresentados à Assembleia. Na primeira reunião havida foram solicitados alguns documentos à Câmara Municipal e até hoje ainda nada foi entregue à comissão.

Em relação às questões destinadas à Sra. Presidente da Câmara, gostaria de saber informações acerca dos acessos que estão a ser construídos junto à Escola EB2 de Poceirão.

A EB2 tem um acesso próprio, que é a rua Povo Unido, feito só para servir a escola e onde existe uma rotunda que deveria servir para os autocarros e outras viaturas inverterem a marcha mas que por equívoco da Câmara só podem virar bicicletas. Nessa mesma rua os lugares de estacionamento já são insuficientes para o pessoal que trabalha no estabelecimento de ensino, pelo que quando se realizam reuniões na escola é a confusão total porque não se pode estacionar na estrada nacional.

Ao lado desta escola está a ser construída a escola de 1º. Ciclo para mais duzentos e quarenta alunos o que vai implicar, no mínimo, a circulação de mais trinta funcionários, viaturas da Câmara a transportar as crianças e os encarregados de educação.

Pergunta à Sra. Presidente o que é que a Câmara está a pensar fazer nesta matéria, se já está a estudar o assunto ou vai esperar para depois se ver. Todos sabem o que vai acontecer devido à já conhecida falta de planeamento. Quando chegar à sua intervenção a Sra. Presidente escolhe uma coisa que lhe agradou ouvir e vai dizer que isso é importante para desvalorizar os outros, o que é muito engraçado e faz parte da sua forma de estar.

**Sr. Presidente da Mesa,** interrompe dizendo que a Sra. Presidente não precisa de defesa mas está há muitos anos na Assembleia e foi a primeira vez que ouviu dizer à Sra. Presidente que o assunto era muito importante quando se referiu ao atropelamento do jovem em Cajados.

**Sr. José Manuel Silvério do PS**, diz que não foi em relação à questão de hoje mas sim noutras ocasiões e está em acta.

A outra questão tem a ver com o facto da Câmara Municipal estar na presidência da ADREPES e esta associação ter conseguido a aprovação da sua candidatura com cerca de quinze milhões de euros do eixo 3 do PRODER, para ser aplicada na sua zona de intervenção em acção do meio rural. Pergunta se a Sra. Presidente vai informar a Assembleia da importância do projecto e que estratégia vai ser utilizada para as zonas rurais do concelho que nele foram contempladas que nalgumas vertentes tem que obedecer a parcerias com as autarquias (Câmara Municipal e Juntas de Freguesia de Marateca e Poceirão). Gostaria de saber quais os espaços aprovados no concelho para o desenvolvimento de micro-empresas rurais previstas no projecto; que estratégias tem a Câmara para os serviços básicos às populações que estão contemplados no projecto; o que está previsto para a diversidade e produção agrícola de acordo com as necessidades de escoamento dos produtos produzidos pelos agricultores.

Com isto quer dizer que não se pode continuar a assistir à desorganização da agricultura como tem acontecido até aqui por culpa daqueles que tiveram responsabilidades no seu planeamento ao longo de dezenas de anos. Não se pode falar em desenvolvimento de um país, ou de um concelho como o de Palmela, sem valorizar a agricultura porque esta pode levar mais perto o alimento necessário às áreas de consumo. As pessoas que vêm viver para Palmela não podem viver sem comer e a comida vinda de longe é mais cara, não tem a mesma qualidade e na balança do comércio externo e interno tem resultados.

Pode parecer estranho a muita gente a discussão da questão da agricultura numa Assembleia Municipal mas na última sessão da Assembleia Municipal de Lisboa foi aprovada, por unanimidade, a criação de cinquenta hectares de agricultura de subsistência para as pessoas que vivem em Lisboa na área das Olaias/Chelas/Aeroporto.

Por tudo isto considera que os solos agrícolas do concelho de Palmela são uma reserva de riqueza natural única, em seu entender a única que existe, e que não pode acabar. Todos perceberão isso quando voltar a haver crise do petróleo. É dos que preferem um bom concelho com ordenamento e qualidade de vida a um concelho transformado em cidade betão, como se pode verificar em muitos locais da área metropolitana de Lisboa. As freguesias de Poceirão e Marateca, que representam mais de sessenta por cento do território, são as mais importantes de Palmela apesar de haver quem tenha complexo de o admitir e estando, por culpa de alguém, a suportar a peste dos clandestinos de ocupação selvagem.

Por tudo o que acabou de referir gostaria de saber qual a estratégia que a Sra. Presidente preconiza para a ADREPES uma vez que a Câmara de Palmela tem a presidência e por este facto tem responsabilidades de explicar à Assembleia, a menos que se entenda que o projecto não tem mérito da Câmara e não seja importante ser explicado.

Por último gostaria de falar sobre a estrada do Fandanguinho. Trata-se de uma via com alguns quilómetros que liga Algeruz à EM 533, que passa no Lau, tendo sido asfaltada há alguns anos pela Câmara à excepção de cerca de sessenta metros junto à EM 533. Actualmente é o percurso mais utilizado por quem circula do Poceirão para Setúbal, pelo que pretende saber se os sessenta metros que ficaram por alcatroar fazem parte dos vinte por cento do território nacional que não tem dono ou está a servir de sinal de fim de estrada para os automobilistas abrandarem.

**Sr. Engº. Fernando Nascimento do PSD** retoma participação nos trabalhos cerca das 23,00.

**Sr. Carlos Guinote do BE,** gostaria de falar sobre a questão dos moradores da Carregueira. Refere que se deslocou ao local tendo tomado nota das queixas que lhe foram feitas. Informa que as fotografias que entregou às bancadas, Sr. Presidente da Mesa e Executivo Municipal foram tiradas pela Sra. Rosa Maria e ilustram alguns dos problemas apresentados.

Em relação à vala que tem estado abandonada, é sua opinião que deveria ser levada a cabo uma acção de sensibilização para que os cidadãos, em conjunto com a Câmara, tratassem a vala nos locais onde ela passa. Caberia à Câmara as acções necessárias no sentido de evitar as cheias no local. Uma vez que a vala passa por vários quintais os proprietários têm a tendência de desviar a água dos seus terrenos tapando buracos, etc. Pensa não se tratar de um problema de muitos custos para a Câmara uma vez que a melhor solução seria desviar as águas dos quintais fazendo passar em linha recta junto à estrada para mais à frente entrar novamente na vala.

No que respeita à questão da rua alcatroada diz que resulta de um acordo entre o promotor imobiliário e o proprietário duma moradia. Este proprietário propôs alcatroar a rua em troca da construção duma piscina junto à sua moradia. A análise que faz da questão é que o proprietário da moradia só é proprietário da mesma e não da rua, daí que facilmente se possa chegar à conclusão que a rua é pública e não pode ser interditada a passagem dos moradores do local.

Por último, e apesar da Sra. Presidente não estar em condições de lhe responder, gostaria de saber se aprovação daquele projecto foi efectuado com base no pressuposto de que seria útil para as populações da zona a existência duma creche ou se isso não teve importância. É que se o pressuposto da aprovação foi esse desde já informa que a creche não irá ser feita.

**Sra. Dra. Carla Oliveira do PS** apresenta cumprimentos a todos os presentes.

A sua intervenção prende-se com três questões sendo que as duas primeiras estão relacionadas com o estado do piso de algumas estradas.

A primeira tem a ver com a estrada que liga o parque industrial da Autoeuropa à estrada que vai da Quinta do Anjo para Pinhal Novo e que tem curvas muito acentuadas. Esta estrada encontra-se em péssimo estado, as bermas estão muito más e há buracos mas curvas que têm uma péssima visibilidade causando os mais variados problemas a quem lá circula diariamente. Considera importante uma intervenção urgente no pavimento da estrada e se possível o seu alargamento.

A segunda questão tem a ver com as curvas em Brejos do Assa, na rua do Comércio e Vale Batateiro, onde existem buracos que podem provocar danos nas viaturas. Em sua opinião bastaria tapar os buracos para resolver o problema.

A terceira questão prende-se com as obras de saneamento básico que estão a decorrer em Brejos do Assa. Tem-se apercebido que existe algum burburinho em relação à questão da localização da ETAR, pelo que gostaria de pedir à Sra. Presidente que esclarecesse qual a localização planeada para instalação da ETAR.

**Sr. Dr. Álvaro Amaro da CDU,** gostaria de colocar quatro questões muito concretas, sendo que uma delas foi suscitada pela intervenção de outro Membro da Assembleia e tem a ver com a pressão que existe sobre o concelho e a emergência de alguns espaços clandestinos ou a tentativa de criação de loteamentos clandestinos.

O concelho de Palmela é um território muito apetecível e muito sedutor, uma vez que é um território charneira de transição entre o urbano e o rural, com belíssimos espaços agrícolas e agro florestais. Existem proprietários sem escrúpulos que não querendo cumprir com as obrigações legais tentam especular com alguns desses terrenos. Nessa matéria a Câmara Municipal já deu provas que, apesar da pressão e das frentes serem múltiplas e muito intensas nalgumas freguesias, tem procurado agir prontamente e tem o mérito de em tempos ter conseguido algumas alterações legislativas, fruto do trabalho institucional feito pela Sra. Presidente, no sentido de colocar algumas dificuldades ao registo desses terrenos. Trata-se duma batalha que tem que se continuar a travar mas há que perceber que da parte da administração central são necessárias alterações legislativas profundas para que não se ande a correr atrás do prejuízo. Gostaria de fazer um apelo à Câmara Municipal para que aproveite as infra-estruturas que no início dos anos noventa foram colocadas em pontos estratégicos do concelho para colocar avisos para alertar as pessoas para não comprarem terrenos sem consultarem a Câmara Municipal.

A segunda nota tem a ver com a necessidade da Câmara Municipal estar sensibilizada para uma actuação mais incisiva junto dos promotores de alguns loteamentos no que diz respeito à colocação de sinalização toponímica. A alguns anos a esta parte os cidadãos habituaram-se a ver a Junta de Freguesia a reparar e colocar novas placas toponímicas, mas acontece que em relação aos loteamentos foi introduzida uma alteração que obriga os promotores a fazerem essa colocação. Está a acontecer que os promotores estão a demorar mais do que o que deveriam a colocar as placas e as queixas vão chegando aos serviços da Câmara, à Junta de Freguesia, mas sobretudo preocupa-o os transtornos causados aos cidadãos que lá residem. Em sua opinião seria importante que os serviços pressionassem, notificassem no sentido da resolução da questão nomeadamente na zona paralela ao Bº. da Cascalheira e na urbanização Infante D.Henrique.

Gostaria de recordar ao executivo municipal que há cerca de ano e meio/dois anos numa comunicação feita na Assembleia acerca da necessidade da requalificação e recolocação de iluminação pública de qualidade na praça da Independência, que já está colocada, que seria necessário começar a pensar na forma de potenciar aquele coração verde no centro de Pinhal Novo. Uma das questões que colocou foi um desafio à Câmara que pensasse na colocação de uma rede wireless aproveitando a instalação do Centro de Recursos para a Juventude no novo Mercado Municipal. Folga em saber, e aplaude, que em Palmela essa medida já foi tomada uma vez que se trata de uma excelente medida não só para proporcionar o acesso às novas tecnologias mas também para tornar alguns espaços públicos mais povoados, humanizados e ocupados por quem lhes quer bem e não por marginais. Gostaria de insistir novamente nessa necessidade quer para a praça da Independência quer para o jardim José Maria dos Santos porque se tratam de espaços contínuos. Aproveita a oportunidade para apelar a que, dentro da medida do possível, numa próxima revisão orçamental pudesse ser equacionada a requalificação da iluminação do largo José Maria dos Santos.

Por último congratula-se pelo facto de ter tido conhecimento que a execução da rede de abastecimento de água, a pavimentação e o prolongamento do aceiro principal da Carregueira estarem, finalmente, em fase de concurso.

**Sr. Faustino Santos do PS** apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Refere que já há bastante tempo não usava da palavra nas sessões da Assembleia, e quando isso aconteceu fê-lo por coisas sensíveis, menos sensíveis e porque entendeu que o devia fazer. Desta vez intervém porque se comprometeu a fazê-lo e por um facto que considera muito importante e que o deixou um pouco abatido porque não conseguiu sensibilizar a Câmara Municipal, ao longo de todos os seus mandatos, para uma obra importantíssima que deveria ter sido feita com calma, paciência e técnica. Era bom para não chorarmos nem ficarmos comovidos com coisas que nos tocam e abatem fortemente. Não se trata de culpar ninguém porque não é altura para isso, mas é só para recordar que há coisas que são faladas muitas vezes, são expostas e escritas muitas vezes, são trazidas à Assembleia ficando exaradas em acta e a que se deveria ter dado mais atenção.

A última vez que interveio fê-lo para chamar a atenção para a construção de um parque automóvel em Poceirão que iria trazer à rua 25 de Abril o dobro do trânsito e carros pesados de transporte de viaturas com pouca segurança. Referiu também nessa altura que existiam transportes de quarenta/cinquenta toneladas que circulavam a mais de cem quilómetros/hora e que eram incapazes de travar em tempo de forma a evitar o acidente. Tudo isto é do conhecimento geral e não se vai repetir porque muita coisa foi dita e pensada, tendo esta semana vivido momentos em que teve que conter situações e formas de luta que são contra a sua maneira de ser. As situações têm que ser pensadas com pés e cabeça, tem que se agir correctamente para se conseguir aquilo que faz falta. Continua a acreditar que a Câmara Municipal, desta vez, irá cumprir integralmente o seu dever.

Gostaria de chamar a atenção, com a antecipação devida, para dois casos muito idênticos ao da rua 25 de Abril. Tratam-se da estrada que passa pelo Bairro Margaça entre a escola e o cruzamento onde, a partir das vinte e duas horas, passam camiões a mais de cem quilómetros/hora e a estrada de Fernando Pó, junto ao Bairro das Sesmarias, que tem algum movimento, circulação de crianças e uma oficina que permite um trânsito mais ou menos controlado. Seria bom que fossem tomadas já as mesmas medidas para estas estradas, apesar de saber que a Câmara Municipal não está a nadar em dinheiro e a obra não poder ser feita como as pessoas exigem, mas há que falar com elas, dizer que têm razão e fazer sentir a preocupação.

Termina dizendo que a situação da rua 25 de Abril poderia ter sido evitada porque já houve muito acidentes no local com mortos e feridos.

**Sr. Presidente da Mesa,** informa que ainda tem duas inscrições e o tempo destinado ao período de antes da ordem do dia está praticamente esgotado, pelo que de imediato dá a palavra ao orador seguinte.

**Sr. Joaquim Caçoete da CDU** apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Gostaria de se referir à questão do desemprego, que é do conhecimento de todos, pelo que passará a referir alguns dados oficiais relativos ao distrito e ao concelho não precisando ir a Espanha.

Em Fevereiro o número de desempregados aumentou dois mil, cento e vinte, ou seja uma média de setenta desempregados por dia. Em relação ao mesmo mês mas no ano de dois mil e oito o número aumentou cinco mil, cento e trinta e seis. São números oficiais do Instituto de Emprego e Formação Profissional e mostram o rumo errado das políticas do Governo PS tendo o Primeiro-ministro José Sócrates responsabilidade no agravamento da situação dos trabalhadores. Não basta o Primeiro Ministro dizer que não ficou surpreendido com os dados, mas há que tomar medidas concretas que assegurem a protecção social, que respondam aos problemas dos desempregados nomeadamente o alargamento das condições que dão acesso aos subsídios de desemprego uma vez que em Fevereiro apenas quarenta e três por cento dos desempregados tinham acesso ao subsídio. É fundamental a implementação de políticas que promovam um modelo de desenvolvimento que assegure o direito a um emprego estável e com direitos de combate ao desemprego, à precariedade e à melhoria dos salários reais.

Em Palmela, em Dezembro de dois mil e oito, haviam mil trezentos e dezanove mulheres desempregadas em Fevereiro de dois mil e nove existe mil quatrocentas e catorze, o que espelha um fenómeno que não se prende apenas com Moções contra alguns que a seguir à revolução dos cravos só visualizavam a sua liberdade. Não é isso que se trata uma vez que há um drama que está na casa de muitas família e que tem que ser combatido.

Em relação à questão da agricultura colocada pelo Sr. Membro José Manuel Silvério diz que este tem uma boa oportunidade de dizer ao Ministro da Agricultura que dar apoios financeiros para manter a terra inculta é uma aberração. As dificuldades dos agricultores não passam por situações de pequena monta mas sim pela política errada que tem sido introduzida no país por este Governo.

**Sr. Carlos Vitorino do PSD,** gostaria de manifestar a sua discordância face a algumas afirmações feitas acerca de centrar os assuntos em Portugal e não em Espanha porque neste momento com a interligação em termos de Governo, de emprego e tudo o mais, por vezes temos que nos ligar a Espanha.

Por outro lado também é verdade que uma das promessas do Sr. Primeiro-ministro que foi cumprida foi a dos cento e cinquenta mil empregos, uma vez que foram as pessoas que emigraram muitas delas para a construção civil em Espanha. Com a taxa de desemprego referida pelo Sr. Membro António José Santos estão a regressar e não têm emprego cá o que é um problema social grave. Com tudo isto há uma interligação que faz com que as fronteiras já não sejam estanques.

Em relação à intervenção dos munícipes, é sua opinião que tratando-se de direito público certamente que a Câmara Municipal intervirá imediatamente, nomeadamente em relação à questão da passagem; tratando-se de direito privado e podendo haver um direito de passagem também é certo que poderá ser dado um aconselhamento aos munícipes, porque existindo uma servidão de passagem a mesma pode ser invocada em tribunal. Ninguém, mesmo sendo proprietário, pode de um dia para o outro proibir a interrupção duma passagem que seja continuada no tempo. Quanto à questão das águas, ninguém pode nos seus terrenos começar a

enviar as águas para os terrenos vizinhos estando esta questão regulamentada no Código Civil. Em sua opinião sendo direito público há um dever de acção e sendo direito privado também os proprietários e moradores poderão agir.

Quanto à tragédia ocorrida em Cajados é evidente que, como foi referido pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Marateca e pelos munícipes, devem ser feitas todas as diligências, todas as obras e todos os estudos necessários para resolver o problema porque, por vezes, não são medidas pensadas "in loco" que o resolvem. Aproveita para sugerir à Câmara Municipal que, através do Governo Civil de Setúbal, sensibilizasse as autoridades com competência de fiscalização na matéria para que levassem a cabo acções direccionadas para essas localidades. Um condutor de pesados que conduz um camião a mais de cem quilómetros/hora é um criminoso e terá de ser punido por isso mediante acções de fiscalização. Custa-lhe que em Portugal se invista em Subaru's e BMW's para andarem atrás de condutores nas auto-estradas e se descure as estradas secundárias e municipais, onde o risco para os peões é maior.

**Sr. Presidente da Mesa,** diz que antes de dar a palavra à Sra. Presidente da Câmara gostaria de esclarecer algumas questões.

Habitualmente não é seu hábito intervir nas sessões da Assembleia a não ser quando é interpelado directamente como aconteceu hoje e nesse caso irá responder ao Sr. Membro José Manuel Silvério.

Em relação à questão dos clandestinos e complementando o que já foi dito pelo Sr. Membro Álvaro Amaro gostaria de fazer lembrar, a quem não sabe, que a Câmara Municipal de Palmela foi pioneira em Portugal no combate aos clandestinos. Há cerca de vinte anos, na presidência de Ferreira da Costa, foi referenciada nos jornais nacionais de maior tiragem como a Câmara que mais coragem teve no combate a este flagelo e actualmente continua a lutar e se calhar com armas mais difíceis porque a Câmara não se pode ultrapassar a questões que ainda não foram resolvidas.

Relativamente a tudo aquilo que o Sr. Membro José Manuel Silvério referiu tem a dizer que no início do mandato é constituído um grupo de trabalho, composto por um elemento de cada partido, que revê o Regimento da Assembleia. Nestes últimos mandatos esse grupo de trabalho tem decidido manter a constituição das comissões permanentes. Esclarece que para as comissões ninguém dá o nome, pelo que todos os membros efectivos da Assembleia eleitos directamente, à excepção do Sr. Membro José Manuel Silvério pelas razões que se conhecem, participam nas mesmas. A distribuição dos membros das comissões é feita de maneira a que não haja ninguém que seja excluído. A verdade, e já tem referido isso publicamente, é que elas não funcionam só que os Srs. Membros são pessoas crescidas que sabem o que devem fazer e como devem agir. Como Presidente da Assembleia nunca fez, não faz nem nunca fará uma chamada de atenção para esse facto. Deste modo, e uma vez que é do seu conhecimento que as comissões não funcionam, seria uma hipocrisia em cada sessão da Assembleia chamar-lhes a atenção. No novo mandato que se aproxima alguns irão continuar e nessa altura seria interessante haver uma reflexão sobre se a constituição de comissões permanentes deveria continuar ou não previstas no Regimento.

De imediato passa a palavra à Sra. Presidente da Câmara para esclarecimentos.

**Sra. Presidente da Câmara,** diz que irá procurar responder dentro da medida do possível às questões apresentadas pelos Srs. Membros da Assembleia.

Não é seu hábito, nem seria adequado que o fizesse, criticar o estilo de intervenção de nenhum dos Srs. Membros da Assembleia mas também não aceita os reparos à maneira como responde às questões a não ser que esteja em causa alguma questão do foro da educação, da boa correcção e boas maneiras. Como pensa nunca ter faltado nessa matéria à correcção aos Srs. Membros da Assembleia também não aceita reparos à forma como trata as respostas. Procura sim responder a todas as questões para as quais tem resposta no imediato, sendo que as outras de carácter mais concreto serão respondidas noutro momento registando as observações feitas que funcionam como forma de desencadear acções e atenção sobre as mais variadas matérias.

Em relação às questões concretas e nomeadamente a que foi colocada pelo Sr. Membro José Manuel Silvério sobre a estratégia da Câmara para a zona rural e não tanto sobre a estratégia da ADREPES. Terá todo o gosto em enviar uma cópia do relatório de actividades da ADREPES em que se dá conta das inúmeras acções que este projecto tem levado a cabo desde o início. Realça que não tendo como principal missão trabalhar sobre a agricultura, mas sim sobre o mundo rural no seu todo, leva por diante uma série de projectos directamente ou em parceria com os agentes do mundo rural, nomeadamente a Adega Cooperativa de Palmela, a Cooperativa Agrícola, a Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal entre muitas outras instituições ligadas à actividade agrícola. De entre muitos projectos gostaria de destacar um que tem sido pioneiro, é muito interessante e que está disseminado um pouco por todo o país, que é o projecto PROVE. Trata-se de um conjunto de produções directas do concelho que são comercializadas através de um cabaz de produtos e onde foi constituída uma lista de consumidores que começou por ser pequena e actualmente já é bastante grande, não se recebendo mais inscrições uma vez que a capacidade de produção semanal já não é suficiente. É um grande projecto e um bom exemplo de que não intervindo directamente sobre a produção e actividade agrícola se valoriza a produção criando novas formas e novas teias de comercialização. Ainda sobre a ADREPES existe uma grande preocupação que se prende com a necessidade de diversificar actividades no mundo rural. Por um lado a agricultura tem quer afirmada e confirmada no território e por outro lado têm que surgir outros projectos. Às vezes os projectos de turismo na área rural fazem parte da diversificação e valorização desse mundo. Há ainda um conjunto de iniciativas que mesmo que não aconteçam no concelho são viradas para as actividades tradicionais. Recorda que a ADREPES é uma associação para o desenvolvimento rural que tem uma intervenção no âmbito da península e abrange concelhos com actividades muito diferentes como é o caso de Sesimbra que tem uma actividade tradicional muito forte ligada à pesca e onde existem projectos e parcerias próprias. A ADREPES é um projecto mais abrangente do que o desenvolvimento, produção ou valorização da agricultura e tem em vista valorizar o desenvolvimento nas áreas mais endógenas da península.

Tratando-se de uma questão pertinente, e que pode remeter para a estratégia da Câmara Municipal em matéria de afirmação do mundo agrícola, gostaria de dizer que hoje participaram em mais uma reunião de alteração do PROT da AML em que a questão agrícola voltou à discussão. E

voltou à discussão colocada pela Câmara de Palmela e secundada pelos técnicos da Câmara do Montijo porque, e aí concorda com o Sr. José Manuel Silvério, um território é mais rico se contar com um mundo rural activo, diversificado, com vitalidade e não pobre e moribundo. A perspectiva da Câmara Municipal é consubstanciada nas políticas que defende ao nível da ocupação do território com a manutenção das zonas rurais do concelho, procurando que os novos projectos mantenham a possibilidade de conviver, sem destruir, nas freguesias mais rurais (Marateca e Poceirão) mas também com as outras que também têm uma componente rural importante. A estratégia é preservar o território naquilo que de rural tem, não aumentado perímetros urbanos, não permitindo continuar a dispersar a ocupação do ponto de vista humano e apostando nalgumas outras actividades que sendo complementares à agricultura podem ajudar a dar vitalidade e escoar os produtos da agricultura.

A agricultura é sem dúvida dos temas apaixonantes e não é possível, nem faz sentido, discutir o futuro do concelho de Palmela sem falar em agricultura tal como não faz sentido discutir o futuro da agricultura na região sem falar do concelho de Palmela mas, mais uma vez, estão perante uma política que tem um tema que implica e tem subjacentes políticas a uma escala que está claramente muito para além da escala municipal e esse é um problema de fundo. O essencial das políticas agrícolas não é definido pelas Câmaras Municipais e nem é por se deixar construir aqui ou ali que se determina o essencial das políticas agrícolas, mas concorda que para o território do concelho a agricultura é sem dúvida um tema central e qualquer estratégia de desenvolvimento passa pela afirmação, defesa e promoção da mesma.

Quanto à questão da estrada do Fandanguinho diz que o troço que está inacabado se deve ao facto do dono do terreno dificultar a negociação que tem estado a ser feita para levar a cabo a obra de construção de uma rotunda que está projectada para o local. Sem a execução da rotunda os sessenta metros não serão alcatroados por uma questão de segurança, uma vez que se trata da bifurcação da estrada e o local é muito perigoso.

Em relação ao problema da Carregueira conseguiu ficar mais elucidada após a explicação efectuada pelos Srs. Membros Carlos Guinote e Carlos Vitorino. É pena que os Srs. Munícipes já não estejam presentes, mas tem conhecimento que o Sr. Engº. Joao Faim já entrou em contacto com os mesmos tendo agendado uma deslocação ao local para contacto directo com o problema com vista à sua resolução.

No que respeita às questões colocadas pela Sra. Membro Carla Oliveira tem a dizer que em relação à estrada da Setecom, em Cabeços Ruivos, a situação é mais complicada do que as curvas de Brejos do Assa que vão tentar resolver de imediato. A Câmara tem vindo a defender que essa estrada é uma solução alternativa à actual estrada dos Cabeços Ruivos que liga o Palmela Village à Autoeuropa e ao Bairro Alentejano, com muitas curvas, que não tem solução possível e terá que ser desactivada. Como solução de fundo só poderá ser substituída pela variante à EN 379, mas como não se consegue prever num horizonte temporal razoável para a execução de toda a variante a Câmara tem vindo a estudar a possibilidade de reformular completamente a estrada da Setecom para funcionar como mais uma ligação entre Quinta do Anjo, a partir do CM 1029, à zona da Autoeuropa e bairros vizinhos. Reconhece que a estrada não tem perfil nem condições, mas terá que haver uma grande intervenção no sentido de cortar curvas e conseguir alargar a estrada ganhando terreno. A questão está em estudo, será um grande investimento mas a sua programação há-de ser feita.

Quanto à localização exacta da ETAR em Brejos do Assa tem a informar que a ETAR não vai ser colocada nesta localidade. Foi discutida a solução de construção duma ETAR para o local mas a SIMARSUL optou por redimensionar e adequar a ETAR existente no Golf do Montado para receber todo o efluente que vem de Brejos do Assa. Aproveita para informar que esta mesma solução tem vindo a ser utilizada noutras zonas.

**Sra. Dra. Carla Oliveira do PS,** não falou para o micro não sendo perceptível a questão colocada.

**Sra. Presidente da Câmara,** responde dizendo que quando se fala em redimensionamento não significa construir outra coisa ao lado tratando-se sobretudo duma intervenção ao nível do equipamento para aumentar a capacidade. Esta intervenção não prejudica a zona turística podendo ser claramente vantajosa para a própria zona do Montado.

Refere que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Pinhal Novo tem toda a razão nas questões colocadas sobre os placards de alerta para os loteamentos clandestinos que se prevêem ser reutilizados. Para além do que foi dito e reforçado pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, tem a dizer que até no domínio de iniciativas legislativas a Câmara de Palmela fez propostas concretas que foram aceites, tendo trabalhado de muito perto com os grupos parlamentares dos partidos representados na Assembleia Municipal, e que muito ajudaram a levar à anulação de negócios jurídicos do notário de Ribeira Grande nos Açores. Ainda hoje este problema foi colocado e foi pedida ajuda ao nível da CCDR, do PROT, para que sejam desencadeados mecanismos que sejam doutra natureza e não dependam só da intervenção no terreno. Hoje assiste-se a outro nível de sofisticação que é a criação de sociedades rurais que são uma nova forma de tentativa de registo dos terrenos. Quando a Câmara se apercebe foi dividida uma propriedade com base numa sociedade rural e está criada uma compropriedade que tem caminho aberto para começarem a aparecer os pilaretes. Trata-se de um drama que precisa duma intervenção doutra natureza e não podem ser só as Câmaras Municipais a fazê-lo, nomeadamente com territórios de grande dimensão, mas a outros níveis do ponto de vista legal. Há um último passo que falta na legislação que é tratar como crime as acções sobre o território. De imediato dá a palavra ao Sr. Dr. Rui Ferreira que prestou alguns esclarecimentos complementares sobre as sociedades rurais.

Quanto à questão da rede wireless tem a dizer que já está a funcionar no largo de São João e Quinta da Cerca estando a ser preparada a instalação na praça da Independência ficando a nota do largo José Maria dos Santos uma vez que se trata de um projecto interessante para jovens e utilizadores em geral.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Marateca reintroduziu o problema que foi abordado no início da sessão a propósito da tragédia ocorrida no passado sábado em Cajados. Diz não ter muito mais a acrescentar sobre o acto em concreto a não ser sublinhar que têm tido muitas intervenções em muitas estradas para além daquilo que é considerado o normal como seja construir uma estrada, sinalizá-la, cuidar das bermas, etc. Na tentativa de evitar, ou compensar, a falta de civismo que existe frequentemente quando não são respeitados os limites de velocidade a Câmara tem levado a cabo acções regulares que procuram minimizar o problema mas nunca os resolvem. De imediato refere algumas das intervenções efectuadas durante o ano de dois mil e

oito para evitar situações semelhantes. Nas estradas nacionais, que não são da responsabilidade do Município e onde tem que se pedir licença para intervir, foram colocados candeeiros de iluminação e passadeiras na EN 379 nas zonas de Quinta do Anjo, Olhos de Água e Lagoinha e na EN 252 na zona de Volta da Pedra; instalação de semáforos e detectores de velocidade na EM 533 na zona urbana de Poceirão; marcação de sinalização horizontal diversa em inúmeros pontos de onde se destaca a pintura ou repintura de mais de setenta passadeiras, pintura de quinze sinais stop onde existia sinalização vertical, pintura de vinte grupos de bandas cromáticas em zonas de aproximação a passadeiras, repintura de passadeiras elevadas; reparação de sinalização vertical diversa num conjunto de mais de trezentos e cinquenta sinais.

Para além do que acabou de referir, que demonstra que a Câmara Municipal cumpre o seu dever e procura minimizar os problemas, informa existir a intenção de fazer uma campanha de sensibilização. Em relação ao papel que foi sugerido por parte do Governo Civil está completamento de acordo que estas situações têm que ser mais do que identificadas. O Governo Civil divulgou recentemente um estudo sobre sinistralidade nas estradas onde, infelizmente, o concelho de Palmela aparece como o pior da região. Trata-se do único concelho que é atravessado por seis auto-estradas, seis estradas nacionais e inúmeras estradas que sendo municipais são de grande dimensão e que, tendo em conta a área do concelho, aumentam o índice de probabilidades. No entanto a Câmara Municipal não deixa de estar preocupada face aos dados das estatísticas, pelo que para além de todas as medidas que habitualmente são tomadas tem que haver uma campanha por um lado de sensibilização e de punição por outro no que à responsabilidade cívica diz respeito. O excesso de velocidade não é um acto de infelicidade momentânea que não se pode descurar e deixar de se chamar à realidade.

Termina dizendo que a Câmara Municipal está solidária com a população de Cajados no sentido de perceber que aquela estrada é de facto muito perigosa precisando de tudo aquilo que as regras impõem e mais alguma coisa. É essa a postura que a Câmara Municipal tem relativamente a outros locais do concelho.

Terminadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** dá início ao Período da Ordem do Dia.

## 1 – Informação do Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, de acordo com o disposto na alínea e) nº.1 do artº. 53º. da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/02 de 11 de Janeiro.

**Sr. Presidente da Mesa,** dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara.

**Sra. Presidente da Câmara,** diz que se os Srs. Membros da Assembleia estiverem de acordo dispensava a leitura da sua intervenção uma vez que foi previamente distribuída, tal como

o relatório, colocando-se desde já à disposição para responder às questões que entenderem colocar.

Gostaria apenas de acrescentar uma questão, sugerida pelo Sr. Vereador Octávio Machado, ainda em relação à questão anterior. Palmela é o pior concelho entre os concelhos com menos população, uma vez que Seixal, Almada e Setúbal estão acima.

**Sr. Presidente da Mesa**, pergunta se alguém tem alguma questão a colocar.

**Sr. Engº. Fernando Nascimento do PSD** apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Gostaria de fazer pequenas observações em relação a este ponto nomeadamente:

- página vinte e sete, está referenciada a AUGI Quinta Nova – Pinhal das Formas quando se refere o licenciamento de descargas pluviais vem referida a CCDR que deve ser corrigida para ARH Tejo, que são duas instituições diferentes cabendo a esta última todos os assuntos relacionados com águas e pluviais. A mesma referência deve ser corrigida em relação à AUGI do Pinhal das Formas e Quinta da Torre/Marquesa; Gostava também de ser esclarecido em relação a três pareceres relativos à AUGI de Brejos Carreteiros.

- página vinte e nove, no que se refere ao despejo de fossas verifica que o volume de despejo na freguesia de Marateca e Palmela têm valores muito elevados em relação às outras freguesias o que demonstra a falta de investimento na área do saneamento básico nestas duas freguesias, em especial na freguesia de Marateca. Deste modo apela a mais investimento em saneamento básico para esta freguesia que de longe é a que mais efluente produz e mais investimento necessita.

- página trinta e dois, em que se refere que foi efectuado pedido de autorização para abate de sobreiros. Pretende saber se foi efectuado ou já está concluído.

Para terminar gostaria de referir uma questão que o deixou atónito relativamente à colocação de pilares rebatíveis no largo da Quinta da Cerca como resposta ao solicitado por munícipe. Em sua opinião o texto está mal redigido pelo que deveria ser corrigido.

**Sr. Presidente da Mesa**, pergunta se a Sra. Presidente da Câmara quer responder.

**Sra. Presidente da Câmara,** responde dizendo que tomou nota das questões.

## 2 – Prestação de Contas 2008

**Sr. Presidente da Mesa,** pergunta à Sra. Presidente se pretende aduzir mais alguma questão à proposta apresentada.

**Sra. Presidente da Câmara,** diz que gostaria de apresentar as contas e a própria actividade duma forma tão sumária quanto possível, mas se os Srs. Membros da Assembleia acharem a hora tardia procurará ser mais sintética.

Do ponto de vista da actividade gostaria de sublinhar aquilo que foi o grande investimento que correspondeu á estratégia do mandato. Neste último ano, e na senda de cumprir a estratégia, foram concretizadas importantes intervenções no domínio da educação.

Foram iniciados os processos de construção da escola Salgueiro Maia, da escola de Poceirão co-financiadas por fundos comunitários, foi aprovada uma candidatura que permitiu antecipar a construção do centro escolar de Val Flores, foram remodeladas as escolas de Cajados, Bairro Alentejano e Brejos do Assa.

No plano das infra-estruturas houve obras importantes de saneamento e de drenagem nas zonas de Brejos do Assa, Fernando Pó e Fonte Barreira, rua cinco de Outubro em Quinta do Anjo, Quinta das Flores e outras intervenções na rua da Liberdade em Venda do Alcaide, Bairro Lencastre em Pinhal Novo e rua do Aviário na Lagoinha.

No espaço público foram concretizadas diversas intervenções mas destaca a obra da Quinta da Cerca e largo de São João.

No Centro Histórico de Palmela, para além dum projecto que consideram importante que foi o programa de financiamento municipal a obras de conservação, reconhecem que tiveram grandes dificuldades em estabelecer outros projectos e entrar em obras de reabilitação por dificuldades dos parceiros privados. Por outro lado foi dado um grande salto com a preparação da candidatura que culminou com a entrega dum projecto ao QREN, já este ano, que teve o envolvimento de quinze entidades e que candidata a sete milhões de euros de intervenções várias e múltiplas no Centro Histórico de Palmela.

Trabalharam ao longo do ano em vários estudos e trabalhos preparatórios conducentes à elaboração da proposta de revisão do Plano Director Municipal. No âmbito desses trabalhos preparatórios desenvolveram diversas acções que levaram à apresentação desses estudos.

Na área da segurança trabalharam com o Ministério da Administração Interna tendo sido adquirido um terreno e aguardam que durante o mês de Abril seja recebido o projecto do novo quartel para o destacamento territorial de Palmela da Guarda Nacional Republica.

Ainda no âmbito da segurança e protecção civil o Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal da Arrábida teve um papel importante, uma vez que é Palmela que assume as responsabilidades do seu funcionamento. Viram aprovado o Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios que também é intermunicipal. Ainda neste domínio foi possível durante o ano de 2008 o início da construção do quartel dos Bombeiros Voluntários de Águas de Moura e que é co-financiado em cerca de cinquenta por cento pela Câmara Municipal.

Foram dados passos importantes na qualidade dos serviços prestados aos munícipes, com a abertura de novos espaços de atendimento municipal integrado em Palmela e Pinhal Novo a par do espaço já existente em Quinta do Anjo.

A actividade cultural continuou a marcar o ano através do aprofundamento das parcerias entre o Município e os muitos agentes culturais do concelho o que permitiu concretizar centenas e centenas de acções nas cinco freguesias.

O turismo e desenvolvimento local conheceram alguns desenvolvimentos importantes durante o ano com a actividade muito centrada na promoção e valorização dos produtos locais, onde entram preocupações relevantes como a agricultura e do mundo rural. É muito importante ter-se trabalhado numa candidatura ao Prémio Cidade do Vinho 2009 e tê-lo conquistado o que trouxe responsabilidades acrescidas para o ano de 2009. Trabalhou-se mais de perto com o

comércio tradicional local e desenvolveram-se acções importantes no domínio do ambiente nomeadamente através da poupança de energia. Aderiram ao Pacto dos Autarcas que é uma iniciativa europeia muito interessante de municípios e cidades várias dos estados membros e que têm por objectivo reduzir nos territórios as emissões de CO2.

Mantiveram o estilo de trabalho que faz parte das opções da Câmara Municipal e que tem a ver com os estímulos à participação junto dos cidadãos. Neste contexto teve expressão, como habitualmente, o projecto do Orçamento Participativo que presta contas bem como todos os processos de trabalho local com as freguesias e com todos os agentes culturais, desportivos, económicos do território.

Foi um ano de actividade intensa que só pode ser concretizado com o grande esforço e dedicação dos trabalhadores da Câmara Municipal.

Num ano difícil para os trabalhadores, para o país e para autarquias trabalharam com um orçamento de cinquenta vírgula três milhões de euros, tendo havido um acréscimo na receita no valor sete vírgula oito milhões de euros em relação ao ano anterior dos quais três vírgula nove milhões de euros são provenientes dos empréstimos bancários.

Tiveram dois milhões de euros de impostos directos, um vírgula seis milhões de euros de impostos indirectos e ainda oitocentos mil euros de venda de bens e serviços. Os impostos directos apresentaram um aumento de cerca de dez por cento, o IMI é claramente a receita mais importante e significa oito vírgula sete milhões de euros. Os impostos indirectos tiveram um acréscimo de trinta e quatro por cento que resultam de da rubrica de loteamentos e obras.

Na estrutura da receita os impostos indirectos decresceram ligeiramente em relação aos anos anteriores.

Em relação à despesa mais de cinquenta por cento do peso é afecto às grandes opções do plano, cerca de quarenta por cento afecto às despesas com pessoal e dez por cento para outras despesas. Relativamente ao ano de 2007 a despesa aumentou em cerca de catorze por cento, sendo que a rubrica que apresentou maior crescimento foi a de investimentos. As despesas como pessoal tiveram um crescimento de quatro vírgula nove por cento, no entanto o seu peso relativo diminuiu. Foram afectas ao pagamento das despesas com pessoal quarenta e três vírgula dois por cento das receitas correntes arrecadadas que conseguiu ser inferior ao valor verificado no ano anterior. A aquisição de bens e serviços teve um acréscimo de treze vírgula oito por cento o que em termos de estrutura significou uma baixa. As despesas correntes foram totalmente financiadas com recurso às receitas correntes o que permitiu gerar uma poupança de sete milhões de euros que foi canalizada para financiar as despesas de capital. As despesas com pessoal foram inferiores aos limites estipulados pela lei e estão muito abaixo daquilo que a lei impõe.

As grandes opções do plano apresentavam um valor de vinte e seis vírgula um milhões de euros, com financiamento assegurado, foram sendo alteradas tendo atingido um valor final de vinte e seis vírgula cinco milhões de euros.

No final do ano foram quase oitenta e seis vírgula sete por cento, sendo que do total dos recursos afectos às grandes opções do plano sessenta vírgula cinco por cento foram canalizados para as funções sociais, com destaque para a educação e saneamento, sendo que as funções económicas assumiram cerca de dezanove por cento e as funções gerais cerca de onze/doze por cento.

Termina a sua intervenção dizendo que, genericamente, o que acabou de expor é o resultado do exercício do ano de 2008 colocando-se à disposição para responder às questões que vierem a ser colocadas.

**Sr. Presidente da Mesa**, pergunta se algum membro da Assembleia pretende intervir.

**Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD,** em primeiro lugar gostaria de realçar a qualidade dos documentos de prestação de contas que têm vindo a melhorar ao longo dos anos. Quer o relatório de gestão que lhe suscitava várias questões, que paradoxalmente já foram discutidas no período de antes da ordem do dia, quer as próprias contas estão feitas com um grande detalhe e são muito mais claras do que há uns anos atrás.

Sintetizando diz que a Câmara Municipal de Palmela, apesar da Lei de Finanças Locais em vigor, tem apreciado os meios financeiros e tem reforçado consideravelmente as suas receitas. A Sra. Presidente já referiu o notável crescimento das receitas do IMI, o outro indicador favorável é o saldo de gerência a transferir para 2009 que é da ordem dos quatro vírgula quatro milhões de euros, a própria derrama apesar do clima recessivo da economia em 2008 aumenta substancialmente levando tudo isto a um enquadramento favorável no plano estritamente financeiro à actividade da Câmara.

No entanto existem alguns pontos negativos que gostaria de referir. Continua a haver um crescimento da massa salarial superior à inflação e isso não pode deixar de criar alguma preocupação na medida em que este crescimento significa penalização das actividades de desenvolvimento económico que são basicamente contempladas nas GOP's, não obstante a melhoria da execução das GOP's ao longo de 2008 que é de salientar como ponto positivo. Outro aspecto que lhe merece crítica, em tese, é o aumento líquido do endividamento municipal e quase que se pode dizer que depende da qualidade do investimento que é financiado com o aumento liquido do investimento. O aumento das dívidas a fornecedores que aumentou cerca de vinte cinco vírgula sete por cento de 2007 para 2008 e se situa actualmente em um vírgula quarenta e quatro milhões de euros.

Em conclusão diz que o concelho de Palmela, tal como o próprio país, vive excessivamente do imobiliário. A actividade económica está excessivamente concentrada no imobiliário e esse é um motivo de grande preocupação porque corresponde a um modelo de desenvolvimento insustentável e completamente inviável.

Termina a sua intervenção dizendo que o Partido Social Democrata se absteve na votação do Orçamento de 2008 e uma vez que o presente documento é demonstrativo da sua execução, não tendo concordado com as prioridades, irão abster-se em coerência lógica com a votação do Orçamento.

**Sr. Carlos Guinote do BE,** diz que avaliando as propostas do Orçamento anterior verifica-se uma repetição de obras orçamentadas e não concretizadas que não merece justificação uma vez que as receitas aumentaram.

Em relação ao plano de construções e investimentos também não percebe porque é que aparecem sucessivamente obras que já foram construídas como é o caso duma obra feita há dois

anos e que aparece nesta prestação de contas. O Bloco de Esquerda precisava de compreender esta situação porque há-de haver alguma razão que não conseguem descortinar.

Tendo o PCP responsabilidades acrescidas no que diz respeito ao trabalho precário e sabendo que houve contratos de avença que foram cessados, gostaria de saber qual a razão porque trabalhadores em avença há três anos e mais viram os contratos cessados e pergunta se a Câmara fez algum esforço para colocar no quadro esses trabalhadores.

**Sr. António José Santos do PS,** refere que o PS através dos Srs. Vereadores já fez, e bem, a análise do documento em questão. No entanto entendem que há algumas questões que ficaram por analisar, que são importantes e que gostariam de obter algumas respostas, nomeadamente tomando como base o parecer do revisor de contas.

Numa primeira análise não encontram razões para duvidar dos valores apresentados, no entanto o parecer parece-lhes um pouco desequilibrado na sua estrutura. Fazendo referência ao último parágrafo diz que o mesmo é muito importante uma vez que cria um ónus sobre o futuro do município podendo até colocá-lo em má situação nesse mesmo futuro.

Em relação às receitas, correntes e de capital, existem diferenças entre o real e o previsto. As receitas correntes cresceram cinco milhões de euros e as de capital baixaram cinco milhões de euros, o que lhes parece não ter justificação. É entendimento da bancada do PS que talvez tenha havido alguma transferência qualitativa, pelo que a situação terá que ser analisada na perspectiva de que as receitas correntes financiam as receitas de capital. Face ao exposto solicitam esclarecimentos sobre a situação.

Em relação às despesas, e tendo sempre em conta o relatório do auditor, verifica-se um decréscimo de cerca de quatro vírgula dois milhões de euros, não se entendendo porque é que não estão discriminadas as despesas correntes e de capital. Uma vez que a situação não é clara, poder-se-á deduzir que a estrutura destas despesas está um pouco desequilibrada o que poderá significar a existência de algumas obras, ou acções, prometidas mas não concretizadas.

Em opinião do PS existe alguma irregularidade no parecer do ROC, dado que por vezes são feitas comparações com o Orçamento e por outras com valores de anos anteriores o que não será muito normal.

Gostariam, ainda, de ser esclarecidos em relação à referência feita pelo auditor sobre litígios que existem com a Câmara e que podem colocar a mesma em situação delicada. Pretendem saber que litígios são esses, se no Orçamento de 2009 foram consideradas estas situações na eventualidade de possíveis indemnizações e caso não tenham sido consideradas como é que pretendem considerá-las a nível contabilístico.

**Sr. Pedro Ramos da CDU,** refere que no seguimento da intervenção do Sr. Membro Bracinha Vieira, que fez alusão à qualidade e à especificidade dos elementos apresentados do relatório das contas de 2008, queria também salientar uma situação.

Teve, hoje, oportunidade de estar presente na apresentação do anuário financeiro dos municípios portugueses de 2007, documento elaborado pela Universidade do Minho e pelo Instituto Politécnico do Cavado e do Ave sobre os trezentos e oito municípios portugueses existentes.

Em relação à qualidade do trabalho que foi apresentado pelos serviços financeiros do nosso município, pode-se verificar que numa escala de zero a vinte, foi obtida a nota de dezasseis, o quer dizer que a missão que tinham por efectivar foi bem cumprida.

A partir desta avaliação é possível apresentar uma série de rácios, começando pela independência financeira das Autarquias, em função das receitas próprias, mais transferências e mais passivos financeiros que no ano de 2008 atinge um rácio de oitenta e seis por cento o que em relação à média nacional coloca a Câmara de Palmela numa posição bastante favorável, com um rácio de cinquenta e quatro por cento.

A nível global, nos municípios que apresentam maior independência financeira, ou seja, o rácio entre receitas próprias e receitas totais, o município de Palmela atinge também os oitenta e seis por cento, tendo crescido em relação aos últimos três anos oito pontos.

Quanto aos municípios com maior peso de receita provenientes de impostos, no grupo dos trinta e cinco melhores, na qualidade de médio município, Palmela está em 4.º lugar com um rácio actual de sessenta e três vírgula três por cento.

Nas despesas de pessoal, o rácio é de trinta e nove vírgula nove por cento; a aquisição de bens e serviços tem um rácio de vinte e oito vírgula nove por cento; juros e outros encargos zero vírgula cinco por cento; transferências correntes seis vírgula seis por cento; subsídios um vírgula um por cento; outras despesas correntes zero vírgula dois por cento; o total das despesas correntes é de setenta e sete vírgula três por cento; a aquisição de bens de capital é dezanove vírgula dois por cento; nas transferências de capital o rácio é de zero vírgula sete por cento; nos activos financeiros é zero vírgula um por cento; nos passivos financeiros dois vírgula sete por cento; nas outras despesas de capital é zero vírgula quatro por cento, o que dá um total de despesas de capital de vinte e dois vírgula sete por cento.

De entre os municípios que apresentam maior peso nas despesas com pessoal, Palmela está em décimo terceiro lugar com trinta e nove vírgula oitenta e nove por cento.

Quanto aos indicadores de despesa e de receita em 2008, apresenta um rácio de noventa e seis vírgula zero dois por cento, enquanto a média nacional se cifra em sessenta e cinco por cento. No grau de execução do Orçamento a nível da receita, temos cento e catorze por cento sendo a média nacional de sessenta e oito por cento. As receitas por cobrar em relação às receitas liquidadas são de dois por cento enquanto a média nacional é de sete por cento. Nas despesas de investimento em relação às despesas totais, a média nacional é de setenta e sete por cento, e nós temos dezanove vírgula dois por cento e nas despesas com pessoal em relação às despesas totais, o rácio é de trinta e nove vírgula oitenta e nove por cento numa média nacional de trinta por cento.

Nos municípios com maior rácio entre receitas liquidadas e receitas previstas, estamos em décimo terceiro lugar lugar, com cem vírgula dois por cento.

Termina a sua intervenção dizendo que este anuário reflecte um estudo aprofundado sobre a situação dos municípios em Portugal, e sente-se muito orgulhoso de pertencer à Assembleia Municipal dum Município cujo executivo que consegue ter a nível nacional rácios muito bons.

**Sra. Presidente da Câmara,** diz que registou a apreciação do Sr. Membro Bracinha Vieira que é muito importante para os técnicos e dirigentes da Câmara Municipal.

Em relação à questão levantada sobre o aumento da massa salarial continuar a ser superior à inflação, gostaria de dizer que nesta prestação de contas este aumento tem explicações muito concretas.

Em primeiro lugar é preciso referir que o aumento de que se está a falar é de quatro vírgula nove por cento mais que no ano anterior e significa oitocentos mil euros. Para além da massa salarial, de acordo com a inflação, houve uma verba de quinhentos mil euros na rubrica de remunerações que ficou a dever-se ao facto de terem optado por reclassificar o maior número possível de trabalhadores, cumprindo os requisitos impostos por lei. Como é do conhecimento geral a nova lei de carreiras e vínculos da Administração Pública é muito penalizadora para os trabalhadores fazendo com que passem muitos mais anos na mesma posição remuneratória. Procurando evitar essa penalização a Câmara Municipal decidiu acelerar um conjunto de procedimentos no sentido de reposicionar e promover os trabalhadores que tinham condições para isso, o que implicou ter que se disponibilizar mais verbas no Orçamento conseguindo-se assim reclassificar mais de trezentos trabalhadores durante o ano de 2008. Deste modo quinhentos mil euros foram destinados a remunerações, cento e vinte e três mil euros para trabalho extraordinário, cento e dezassete mil euros para a segurança social o que totaliza setecentos e quarenta mil euros. A restante verba destinou-se ao aumento do abono de família, ao aumento das despesas com saúde ou seja verbas que têm justificações específicas. De referir que existem mais quarenta trabalhadores, que obviamente também se reflectem nestes encargos, e que estão agregados a algumas áreas operacionais nomeadamente as escolas e jardins-de-infância. Aproveita a oportunidade para informar os Srs. Membros da Assembleia que em 2003 existiam seis ou sete salas de jardim-de-infância e actualmente existe vinte e duas. Em Setembro deste ano serão trinta e uma e no próximo ano ascenderão a trinta e nove ou quarenta, significando um acréscimo de encargos com pessoal por parte da autarquia.

No que respeita às dívidas a fornecedores, informa que a Câmara de Palmela é das que pagam em melhores condições com uma média de sessenta dias, apesar de actualmente haver uma maior dívida em virtude do movimento também ser maior.

Em relação à questão colocada pelo Sr. Membro Carlos Guinote, informa que essa situação acontece sempre que haja algum reflexo financeiro durante o ano transacto, o que é frequente. É evidente que também acontece haver obras que não se conseguem executar, provocando derrapagens entre o que se previa e o que se concretiza. No entanto essa derrapagem é mínima porque estamos perante um dos maiores índices de execução financeira, ou seja houve uma capacidade de realização de obra que é a maior desde o ano de 2000.

Quanto aos contratos de trabalho e avenças informa que com a entrada em vigor da nova legislação não é possível manter estes vínculos obrigando a que a maior parte desses profissionais, que eram os verdadeiros recibos verdes, tivessem que se transformar em empresas unipessoais passando a prestar serviços à Câmara Municipal. Tem-se feito um grande esforço no sentido de perceber, quando é ultrapassado o período considerado razoável, se o desempenho desses trabalhadores interessa para poder integrá-los no quadro ou em caso contrário prescindir dos seus serviços.

Em relação à intervenção do Sr. Membro António José Santos agradece que esclareça quais as dúvidas que tem.

**Sr. António José Santos do PS,** refere que a análise do documento tinha sido feito pelos Srs. Vereadores do PS e que a bancada do PS concorda plenamente com a análise feita uma vez que tinham analisado os números. Foram também nesses números que se baseou para fazer a análise do documento por isso, com base no parecer do ROC porque tem que estar em consonância com os outros documentos, é que colocou as questões.

**Sra. Presidente da Câmara,** refere que não há nada no parecer do ROC que não esteja em sintonia com aquilo que está no documento.

Em relação às receitas correntes, informa que têm que financiar as despesas correntes uma vez que é assim que a lei determina.

**Sr. António José Santos do PS,** refere que a questão que colocou é que as receitas correntes aumentaram e as receitas de capital baixaram, pelo que gostaria de ser esclarecido em relação a essa situação e se houve, efectivamente, alguma transferência qualitativa.

**Sra. Presidente da Câmara,** solicita ao Dr. José Monteiro que esclareça tecnicamente o Sr. Membro da Assembleia.

Após o esclarecimento pede ao Sr. Membro da Assembleia para seguir a estrutura da proposta referindo que a receita teve um acréscimo de sete vírgula oito milhões de euros, dos quais três vírgula quatro milhões são provenientes da utilização de empréstimos bancários o que nesta componente da receita tem um componente de capital. Depois quando se parte para a evolução da despesa, vai comparar em relação ao ano anterior, em que a despesa aumentou. A seguir compara as despesas de pessoal com as receitas correntes. Em sua opinião o Sr. Membro compara coisas que não são comparáveis ou então não está a perceber qual a questão.

Na apreciação ROC, no último parágrafo trata com ênfase um ponto que diz respeito à existência de processos judiciais em curso nos tribunais e que podem vir a significar encargos. Em primeiro lugar julga que o facto de se prever que possa haver encargos não implica prever dinheiro a este nível. Informa que se tratam de processos da área de urbanismo.

Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada, por maioria, com 15 votos a favor da CDU, 4 votos contra do PS e 5 abstenções (4 do PSD e 1 do BE). Aprovado em minuta.

## 3 – Desafectação do domínio público de parcela de terreno com 16.500,00 m2, sita em Pinhal Novo, e cedência do direito de superfície à Fábrica Paroquial da Igreja de Pinhal Novo

**Sr. Presidente da Mesa,** pergunta à Sra. Presidente se pretende aduzir mais alguma questão à proposta apresentada.

**Sra. Presidente da Câmara,** diz que aguarda pedidos de esclarecimento.

**Sr. Presidente da Mesa**, pergunta se algum membro da Assembleia pretende intervir.

Não havendo intervenções o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada, por unanimidade, com 24 votos a favor (15 da CDU, 4 do PS, 4 do PSD e 1 do BE). Aprovado em minuta.

## 4 – Emissão de Parecer acerca da Avaliação Ambiental Estratégica do PDM de Palmela, nos termos previstos no Decreto-Lei nº. 232/2007, de 15 de Junho

**Sr. Presidente da Mesa,** refere que foi feita uma reunião com os responsáveis dos grupos da Assembleia, admitindo a possibilidade de terem legalidade para emitir esse parecer, mas concluíram que seria preferível trazer o assunto à Assembleia Municipal e, é por isso que esta proposta está hoje aqui.

**Sra. Presidente da Câmara,** solicita ao Sr. Arqt.º João Carlos Antunes que faça o enquadramento da proposta e o que é que se pede à Assembleia.

**Sr. Arqt.º João Carlos Antunes,** refere que a Avaliação Ambiental Estratégica, é um documento que foi introduzido na ordem jurídica portuguesa no ano de 2007, e o objectivo deste procedimento é procurar precaver os impactes que planos, programas e politicas possam trazer para o território: Pela Lei n.º 69/2000, encontra-se prevista a Avaliação de Impacte Ambiental para projectos concretos, só que normalmente esses projectos estavam enquadrados por outros de âmbito mais vasto que por sua vez não tinham qualquer procedimento de avaliação das suas consequências no território.

O órgão que aprova o PDM é a Assembleia Municipal sobre proposta da Câmara Municipal, pelo que não parecia fazer sentido estar a desenvolver um documento, que no fundo vai sistematizar os aspectos que devem ser tidos em conta pelo PDM e os possíveis impactos que as suas propostas venham a ter no território, sem terem sido previamente ponderadas por todas as entidades que têm relevância ambiental e, também, por todas aquelas entidades que interferem com o plano sobretudo aquelas que fazem parte da comissão de acompanhamento entre as quais faz parte a Assembleia Municipal.

Assim sendo entendeu-se que seria útil ouvir a Assembleia Municipal sobre aquilo que se chama os factores críticos para a decisão, ou sejam, aquelas vertentes e aqueles aspectos que são mais relevantes e que devem ser tidos em conta em termos dos impactes possíveis do território. São eles a questão dos transportes e das acessibilidades, a questão do sistema ambiental, a questão das actividades económicas, a questão social e a interacção dos seres humanos, a comunidade com o território.

Depois foi desenvolvido um conjunto de pontos problemáticos, de pontos fortes e pontos fracos, foram colocados um conjunto de descritores desagregados por cada um destes grandes temas, que neste momento estão a ser submetidos à apreciação de várias entidades, tais como o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, o Instituto da Água, a CCDR, que são chamadas entidades de relevância ambiental.

A legislação que enquadra esta questão refere no seu preâmbulo: *"a realização de uma avaliação ambiental ao nível do planeamento e da programação garante que os efeitos ambientais são tomados em consideração durante a elaboração de um plano, ou programa, e antes da sua aprovação, contribuindo assim para a adopção de soluções inovadoras mais eficazes e sustentáveis e de medidas de controlo que evitem ou reduzam efeitos negativos significativos no ambiente, decorrentes da execução do plano ou programa".*

Por último refere que se trata de uma primeiríssima fase de um processo que é culminado com um relatório ambiental, que acompanha o PDM, relatório esse que deveria ter sido feito logo no início quando o plano arrancou, o que não foi possível porque o nosso processo de gestão destas coisas é um processo "suigeneris".

**Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD, diz que** em sua opinião estão perante numa situação um pouco paradoxal, porque não vejo que haja conteúdo útil sobre o qual se possa dar um parecer de natureza política. Isto é, neste momento, não existe matéria substancial sobre a qual se possam pronunciar politicamente, matéria que possa conformar em princípios, em orientações claras, concretas, o trabalho de revisão do PDM do concelho.

No fundo o que é apresentado é um extenso catálogo de critérios, metas, objectivos, indicadores, entidades a consultar, enumeração em abstracto de factores críticos de decisão e de gestões estratégicas de uma abordagem completamente abstracta e geral, tratando-se de um documento que pode ser utilizado em qualquer ponto do país, em qualquer ponto do mundo.

No plano da metodologia de abordagem, não tem qualquer tipo de reparos a fazer a este relatório de factores políticos, mas é óbvio que não existe, neste documento, qualquer aspecto de fundo susceptível de fornecer orientações concretas, claras, indicadores concretos que pudessem suportar as decisões estratégicas relativas à revisão do PDM.

De qualquer modo o documento, mesmo sendo muito abstracto, tem o mérito de descrever riscos que infelizmente ameaçam o desenvolvimento sustentável do concelho, tais como a pressão urbanística sobre o território rural, o estrangulamento de linhas de água, o crescimento e injustificado de perímetros urbanos, a degradação da qualidade dos espaços públicos, a interrupção dos corredores ecológicos fundamentais, as ameaças que pairam sobre os valores ambientais protegidos pela REN e pela RAN.

Tem sugestões, mas tudo num plano científico, num desenvolvimento polinucleado, da melhoria e qualidade urbanística dos centros urbanos, reabilitação de património edificado, qualificação de espaços de acolhimento empresarial.

Trata-se de um trabalho que não merece nenhum reparo no plano técnico-científico, mas que não ajuda minimamente a estabelecer uma orientação em relação à qual se possa dizer que concordam ou que não concordam, porque não há nenhuma orientação que tenha em conta as condições concretas do concelho de Palmela. Por esse facto é que se irão abster com uma declaração de voto, uma vez que se trata de uma mera formalidade sem conteúdo prático.

Sugere ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e á Sra. Presidente da Câmara Municipal que esta discussão, numa versão mais compactada, seja trazida à Assembleia Municipal porque têm outra percepção do que se está de facto a passar.

Termina dizendo que existe um relatório final de alterações ao PDM que foi mandado para a CCDR e sobre isto a Assembleia Municipal não foi ouvida nem achada.

**Sr. Carlos Guinote do BE,** refere que este documento, não passa de um conjunto de boas intenções e todos sabem, menos os nossos governantes que nos têm burlado, que Portugal tem condições especiais para entrar no mercado europeu.

**Sr. António José Santos do PS,** refere que também partilham um pouco da opinião da bancada do PSD, uma vez que é um documento demasiado importante para ser visto com a superficialidade com que está a ser analisado. Entende, por outros momentos em que teve ocasião de ver o documento, que é um documento com uma certa base de trabalho e que pode complementar efectivamente o trabalho que está a ser feito no PDM.

Lamentam não poder discuti-lo com outra intensidade, mas irão votar favoravelmente porque acreditam no documento que já conhecem.

Em relação à intervenção do Sr. Carlos Guinote, sobre a agricultura, tem a dizer que nesta área não se pode responsabilizar algumas pessoas por tudo o que acontece. Poderíamos esta nesta altura a transportar frutas e legumes para o norte da Europa mas isso não acontece porque alguém é responsável por essa situação, e de certeza absoluta que não são os Governos.

**Sr. Dr. Valentim Pinto da CDU,** refere que discorda das intervenções dos Srs. Membros Dr. Bracinha Vieira e Carlos Guinote, porque lhe parece que um quadro de referência estratégica define objectivos e metas não sendo um plano programático. O PDM é exactamente uma definição estratégica da organização e ocupação do território pelos vários agentes e, naturalmente, aponta para objectivos de natureza qualitativa sendo que alguns são quantificáveis. Exemplo disso é quando se diz: *"assegurar o nível de atendimento do sistema de abastecimento de água a 90% da população ou de todos os aglomerados com mais de 50 habitantes",* porque se está a ser muito preciso no objectivo quantitativo e não tem que ser necessariamente assim em todos os itens que aqui estão referenciados, se não deixava de ser o documento estratégico e era um documento operacional. Em sua opinião este documento, independentemente de alguns reparos que possam ou não ser feitos, incorpora documentos como a estratégia de Lisboa, o Plano da Bacia Hidrográfica do Tejo e do Sado e nestes seus objectivos estratégicos o próprio documento incorpora essas preocupações e esses objectivos. Nunca se esperaria que este documento, tal como o PDM, fosse uma discrição pormenorizada, quantificada porque seria outro tipo de documento que não um documento estratégico.

**Sra. Presidente da Câmara,** refere que por um lado compreende alguma dificuldade que os Srs. Membros da Assembleia possam ter no tratamento desta questão uma vez que, tal como foi referido pelo Sr. Arqtº. João Carlos, estes procedimentos são "suigeneris" uma vez que não é a Câmara que vota este documento mas sim a Assembleia Municipal.

Talvez, neste momento, possamos estar um pouco mais críticos relativamente a esta questão porque há uma série de dados que os Srs. Membros da Assembleia já conhecem, alguns deles fruto da discussão pública que tem sido feita para enriquecer os contributos que querem dar à nova proposta do PDM. Tudo isso pode ajudar a gerar alguma confusão na medida em que este processo na prática deveria de ser o processo que ajudaria a despoletar toda a discussão.

Sem prejuízo dos Srs. Membros da Assembleia tratarem a questão da maneira que melhor entenderem, gostaria de referir que este documento é um documento fundamental para a prossecução de todos os trabalhos preparatórios que estão a ser feitos e que irão conduzir à proposta de PDM, uma vez que para se ter uma proposta para discutir tem que se dar seguimento a este acto processual. De certa forma e com este documento estão a recolher-se mais uma vez contributos, elementos, a fazer estudos que permitirão vir a produzir um novo PDM.

Termina sugerindo aos Srs. Membros da Assembleia que não inviabilizassem o procedimento, sendo que posteriormente se marcaria uma sessão extraordinária deste órgão para dar a conhecer as peças que já foram produzidas até ao momento, as reflexões que foram feitas, qual a face actual do processo ou seja uma sessão de trabalho da Assembleia Municipal à porta aberta, independentemente de não ter intervenções do público, caso o entendam.

**Sr. Arqtº. João Carlos Antunes,** agradece todos os comentários que foram feitos pelos Srs. Membros da Assembleia referindo que mesmo o comentário de que os factores são anónimos é importante e será transmitido à equipa. Houve um procedimento anterior que foi desenvolvido na Escola Secundária de Palmela, com a participação de vários convidados, no sentido de auscultar de uma forma tão transversal quanto possível as opiniões, e preocupações, da comunidade de Palmela, de onde se retiraram vários contributos que depois de trabalhados resultou neste documento. Pressupostamente aquilo que hoje é apresentado de alguma maneira está aferido a este território, eventualmente poderá estar aferido a outros territórios e a outros territórios compartilharem das mesmas preocupações. Seja como for é muito relevante porque é um documento que aparece, pelo menos numa determinada vertente, como anónimo sendo que no final esses aspectos terão que ser tomados em consideração.

Terminadas as intervenções o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada, por maioria, com 19 votos a favor (15 da CDU, 4 do PS) e 5 abstenções (4 do PSD e 1 do BE). Aprovado em minuta.

**Sr. Presidente da Mesa,** antes de terminar a sessão solicita aprovação das minutas das actas nºs 31, de 16.12.2008 e 32 de 26.02.2009, dispensando-se a sua leitura em virtude de terem sido previamente distribuídas. Pergunta se algum Membro tem observações a fazer em relação às actas.

Não havendo intervenções coloca as actas à votação tendo sido aprovadas por unanimidade com 24 votos a favor (15 CDU, 4 PS, 4 PSD e 1 BE).

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

**Mandato 2005/2009**

Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a sessão cerca das 02,00 horas do dia 09 de Abril de 2009, tendo sido lavrada a presente acta, que eu Maria Amélia Colaço Fragoso Ludovina das Dores redigi e subscrevi.

Palmela, 09 de Abril de 2009